

VOZ OPERÁRIA

N. 462 ☆ RIO DE JANEIRO, 12 DE ABRIL DE 1952



PREPARAÇÃO DE NOVOS QUADROS PARA A AGRICULTURA NA CHINA — Em Lanchow, na China Popular, jovens praticantes de agricultura moderna visitam a Fábrica de Fertilizantes em busca de noções práticas importantes ao seu aprendizado



DEIXAM A COREIA VOLUNTARIOS CHINESES — O premier Kim Il Sung e outros líderes do Partido do Trabalho da Coreia, da tribuna da Assembléia Popular Coreana, despedem-se do primeiro grupo de voluntários chineses que retornam à República Popular da China.

O SIGNIFICADO DA VISITA DE FRONDIZI AO BRASIL

Um dos importantes acontecimentos na vida política brasileira, foi a visita, esta semana, do Presidente eleito da Argentina, sr. Arturo Frondizi, ao nosso país. O ilustre visitante teve oportunidade de fazer pronunciamentos de real importância não só para o seu país como para tôdas as nações americanas. Na foto, o sr. Frondizi quando falava aos jornalistas brasileiros na A.B.I. (Nota na 3a. Página)



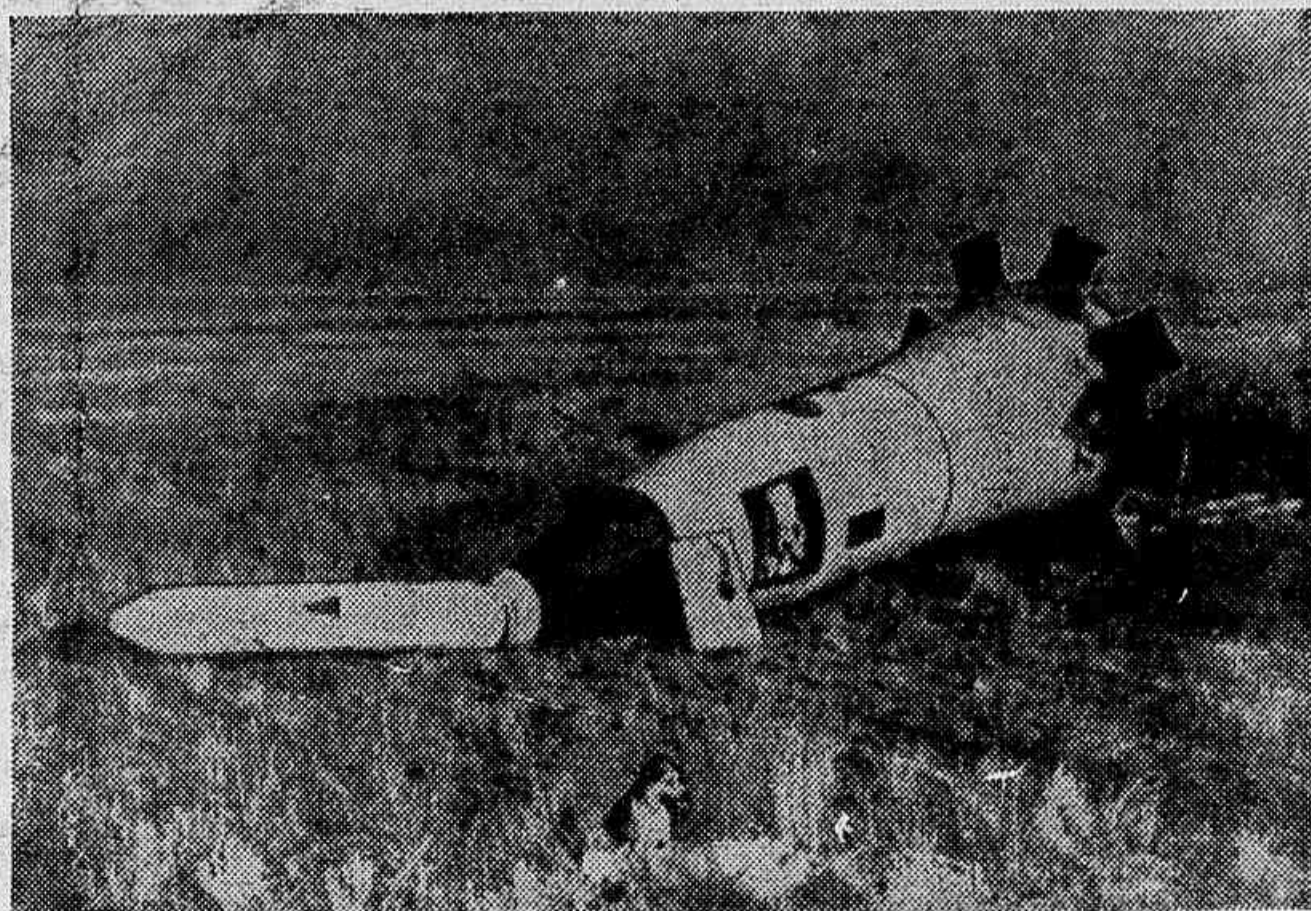
O DIA DOS METALÚRGICOS

COM GRANDE brilhantismo transcorreu no dia 9 do corrente a Data Nacional dos Metalúrgicos. Em homenagem à efeméride, realizou-se naquele dia, na sede do Sindicato dos Gráficos, um ato cívico, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal. A solenidade foi presidida pelo Ministro do Trabalho, sr. Parisfal Barroso e contou com a presença de grande número de personalidades governamentais, políticas, líderes e dirigentes sindicais e grande número de trabalhadores. Entre as personalidades presentes estava o ex-senador Luiz Carlos Prestes, que foi alvo de uma grande ovação ao ingressar no recinto, conduzido por uma comissão de trabalhadores metalúrgicos, especialmente designada, que o convidou a sentar-se à mesa. A solenidade teve um cunho nacionalista, tanto pelo discurso proferido pelo sr. Benedito Cerqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal, como pelos oradores que o precederam. Todos ressaltaram o papel dos trabalhadores no movimento nacionalista que empolga o povo brasileiro. O clichê acima fixa aspectos da solenidade, quando falava o deputado Aurélio Viana.

Um dos Pilares
Da Nossa
Emancipação

A Indústria Nacional de Alcalis

REPORTAGEM DE PEDRO MOTTA LIMA NA DÉCIMA PÁGINA)



FELIZ ATERRISAGEM — No mês de março último o governo soviético anunciou ao mundo, o envio ao espaço de mais um foguete conduzindo uma cadela. Al está aparelho e o equipamento que conduziram a cachorrinha "Modnitza" pelo espaço, até uma altura de 212 quilômetros, a trouxeram de volta em feliz aterrissagem.

SOLIDARIEDADE AO POVO CUBANO

As últimas notícias que chegam de Cuba nos põem a par da intensificação das lutas do povo cubano contra a tirania de Batista. O povo cubano não retrocede ante as prisões, as torturas, os assassinatos e o terror policial. A resistência contra Batista cresce na mesma proporção em que a tirania policial intensifica seus métodos repressivos. Nessa emergência, o povo cubano, que diariamente derrama seu sangue em uma luta heróica para derrubar a sinistra ditadura de Batista, necessita, mais do que nunca, da ampla solidariedade de seus irmãos do continente e de todos os povos do mundo.

Cuba é um país que jamais foi inteiramente livre, mas nunca o seu povo deixou de lutar para sê-lo. A República não nasceu livre em 1902, pois a vitória alcançada pelo povo cubano na guerra pela independência não foi total, embora tenha ficado livre do domínio da Espanha. Devido à intervenção lanque, ao terminar a luta armada contra o colonialismo espanhol, o governo militar interventor, que então representava os interesses dos Estados Unidos, debandou o Exército Libertador, alentou as forças reacionárias que se haviam oposto à independência e obrigou a Cuba a aceitar o dogma da Emenda Platt. Ao mesmo tempo, impôs um novo governo, sob a direção dos que aceitavam a subordinação de Cuba às novas condições de submissão aos interesses dos monopólios norte-americanos.

Deste modo, ao fim da intervenção lanque, em vez dos líderes da Revolução Mambisa (Martí, Maceo), ascendeu ao poder um bloco integrado por latifundiários, grandes comerciantes importadores, magnatas do açúcar e representantes dos bancos e empresas imperialistas dos Estados Unidos. A política desse bloco dominante, que representava, e representa ainda, os interesses dos grupos sociais que o integram, se manifesta particularmente na manutenção da submissão aos Estados Unidos — como poder que garante seus privilégios contra a vontade do povo cubano.

Mesmo nos momentos em

que o poder dos agentes da dominação lanque sobre Cuba parecia mais absoluto, jamais o povo cubano deixou de lutar por um país verdadeiramente livre, dona de sua economia e de seus destinos.

A ditadura de Machado marcou um ponto culminante do poder do imperialismo lanque sobre Cuba. Com a insurreição popular de 1933, o povo cubano não só derrubou a tirania de Machado, mas também conseguiu eliminar a Emenda Platt, fazendo assim importantes

avanços democráticos. Essa insurreição, porém, devido principalmente ao fato do proletariado não ter alcançado a sua direção, não pôde chegar até a total emancipação nacional, não conseguiu realizar certas modificações radicais de que necessitava o país, tendo deixado intacto o latifúndio e o poder das empresas e dos bancos imperialistas lanques, bem como as concessões colonistas em que se apoiam.

O povo cubano continuou, então, sua luta heróica pela libertação de sua pátria, tendo nela êxitos e fracassos. Desde março de 1952 combate a ditadura sanguinária de Batista, serviço dos interesses norte-americanos. Com Batista cresceu como nunca a dominação lanque sobre Cuba. Para isso Batista recorreu ao terror mais brutal. O país vive em estado de sítio. A sinistra camarilha policial de Batista assassina homens, mulheres e crianças em massa. Com o terror busca esmagar o heroísmo dos guerrilheiros de Sierra Maestra.

O povo cubano, porém, não se amedronta, não retrocede ante o barbarismo policial. Redobra suas lutas e combate quase em toda parte. As guerrilhas já não estão circunscritas a algumas zonas da província do Oriente par-

teicularmente à Sierra Maestra. Em ações coordenadas, estão se estendendo rapidamente pelas províncias de Oriente, Las Villas e Camaguey. Desencadeiam-se greves na província de Santiago

de Cuba. Luta-se na cidade e na província de Havana. Chegam notícias de que foi constituído um amplo movimento de resistência, composto por operários, estudantes, homens de negócios e religiosos.

O povo cubano vencerá em sua luta pela emancipação e democratização de seu país, assim como estão vencendo muitos povos da América Latina. O destino da ditadura de Batista será o mesmo do das ditaduras de Peron, Piñilla e Jiménez. Em sua luta titânica, e heróica de todos os dias, o povo cubano conta com a solidariedade do povo brasileiro, dos povos da América Latina e do mundo inteiro.



O primeiro ministro Krushchov recebe o Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho, David Morse, quando da sua recente visita à União Soviética

Conselho Mundial da Paz

Resoluções Sobre a Argélia e a Indonésia

Foram os seguintes os textos aprovados na reunião de Nova Delhi, sobre a guerra da Argélia e a situação da Indonésia:

RESOLUÇÃO SOBRE A INDONÉSIA: — "As forças da paz do mundo inteiro estão profundamente inquietas com a grave situação criada pelos acontecimentos da Indonésia.

A intervenção estrangeira ameaça a unidade do povo indonésio, a integridade do seu território, sua independência e soberania, e cria complicações internacionais que põem em perigo a paz mundial.

A aplicação do princípio de não ingerência nos assuntos internos dos Estados, proclamada em Bandung, é indispensável à manutenção da paz nessa região e em todo o mundo.

O Birô do Conselho Mundial da Paz apela para a vigilância da opinião pública, a fim de que seja respeitado por toda parte esse princípio, que constitui uma das bases da paz."

DECLARAÇÃO SOBRE A ARGÉLIA: — "Os recentes acontecimentos da Tunísia mostram o risco de que a guerra da Argélia se estenda a qualquer momento a toda a África do Norte, ameaçando a paz mundial.

É necessário que cesse imediatamente essa guerra que é cada dia mais sangrenta para os combatentes e para a população civil. A guerra da Argélia adquire um caráter cada vez mais cruel, e o não reconhecimento pelo governo

francês do direito de beligerância acarreta a violação das regras de humanidade aprovadas pelas convenções internacionais.

Em todos os países, os povos devem recordar aos governos a responsabilidade adquirida ao comprometerem-se com as resoluções aprovadas por unanimidade, na Assembleia Geral da ONU, e que preconizam negociações encaminhadas para uma solução pacífica e justa do problema argelino, de acordo com os princípios e fins da Carta das Nações Unidas.

O projeto de pacto do Mediterrâneo não pode dar solução ao problema argelino, porque manteria a Argélia na dependência e agravaria a divisão do mundo em dois blocos militares.

Só o reconhecimento da independência e da soberania nacional permitiria ao povo argelino a cessação das hostilidades e o restabelecimento de novas relações, livremente aceitas, entre a França e a Argélia.

A ação da opinião pública internacional, a s s o c i a d a às correntes pacíficas cada vez mais poderosas, que se levantam na França e em outros países, contra o prosseguimento da política de força, pode e deve impor sem demora medidas que permitam, por meio da negociação, o restabelecimento da paz na Argélia."

Nova Delhi, 25 de março de 1958 — O Birô do Conselho Mundial da Paz.

O P.C. JAPONÊS PROTESTA CONTRA A REPRESSÃO DE TRABALHADORES

Em março último, o P. C. Japonês lançou veemente protesto contra a repressão policial de que vêm sendo vítimas os trabalhadores japoneses.

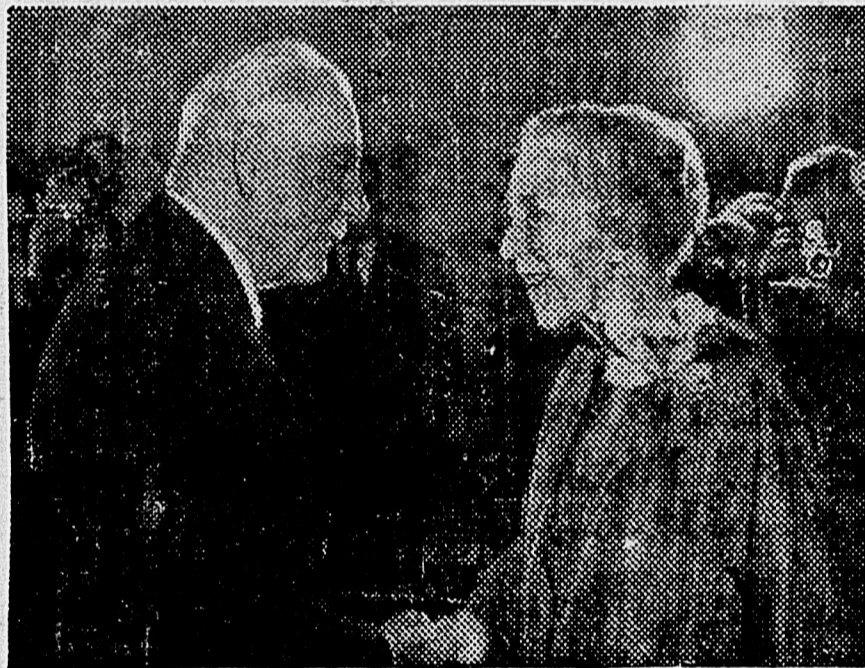
Durante a terceira ação conjunta da primavera desenvolvida pela União Sindical dos Trabalhadores de Estradas de Ferro, Carvão, Eletricidade, Correios e Telégrafos, o governo japonês mobilizou toda a polícia de Tóquio e de outras localidades para dissolver as manifestações e os comícios dos trabalhadores, realizando espancamento e prisões. O manifesto do P. C. do P. C. Japonês, publicado no diário «AKAHATA», diz que o governo japonês vem empregando medidas repressivas e sabotando as bases democráticas do país. O manifesto diz ainda que a política reacionária do governo instiga a resistência da classe operária, que o P. C. Japonês empunha todas as suas forças na luta pela causa dos trabalhadores e pela frente única do povo trabalhador.

REVISTA TEÓRICA DO P.C. URUGUAIO

A direção nacional do P. C. Uruguai vem publicando regularmente a revista «ESTUDIOS», órgão teórico e de estudos políticos. A revista já está no seu oitavo número. Entre os trabalhos publicados, destacamos os seguintes: «O caráter antimperialista e antiféudica da revolução uruguia», de A. Suárez; «Partido um melhor estudo da correlação das forças políticas do país», de R. Arismendi; «O enderço da revista», Calle Sierra, 1720 — Montevideo.

PRIMEIRA EMPRESA PETROLIFERA ARABE

Notícias do Cairo informam que a primeira empresa árabe de petróleo iniciou suas perfurações ao longo da costa do Mar Vermelho. Seu nome é "Companhia Geral de Petróleo", e pertence ao governo da República Árabe Unida. O superintendente da empresa declarou à imprensa que as prospecções serão feitas com equipamento fornecido pela União Soviética, nos termos do acordo egípcio-soviético de cooperação econômica.



A RAINHA ELIZABETH VISITA A URSS — A Rainha da Bélgica, Elizabeth, em sua visita a Moscou, esteve no Kremlin e foi cumprimentada pelo Presidente Voroshilov. O clichê fixa o momento quando o Presidente da URSS apertava a mão da soberana da Bélgica

Crônica Internacional

Clamor Mundial Contra o Prosseguimento Das Experiências Nucleares

A INICIATIVA soviética de suspender unilateralmente as experiências com bombas nucleares, conclamando ao mesmo tempo os Estados Unidos e a Inglaterra a seguirem o seu exemplo, teve, como se previa, extraordinária receptividade na opinião pública mundial. O governo japonês aplaudiu oficialmente a decisão da U. R. S. S. e dirigiu-se imediatamente, por intermédio das respectivas embaixadas em Tóquio, aos governos de Washington e de Londres solicitando que adotassem resoluções semelhantes. No mundo inteiro o clamor contra o prosseguimento das experiências nucleares intensificou-se, atingindo níveis elevados como o desfile de milhares de cidadãos ingleses, em plena tempestade de neve, através de mais de 80 quilômetros, para manifestar em Aldermaston, diante das instalações atômicas, o seu protesto. Nos Estados Unidos cerca de 1.000 jovens, vindos de todas as partes do país, realizaram uma "marcha da paz", e entregaram à ONU um memorial pedindo medidas para a cessação das experiências.

Os frágeis argumentos ensaiados por Foster Dulles e pelo próprio Eisenhower para tentar diminuir a importância do gesto soviético foram prontamente desmascarados por Krushchov, no discurso que pronunciou perante o Parlamento húngaro, na Praça dos Heróis, em Budapeste, por ocasião das comemorações de aniversário da libertação do país. Krushchov reafirmou mais uma vez aquilo que a União Soviética vem proclamando há mais de um ano: que está disposta a aceitar um sistema de controle internacional, por meio de estações detectoras de explosões atômicas, localizadas em todos os pontos que forem considerados necessários, inclusive em seu próprio território. Na realidade esse controle já existe de fato, pois nenhuma explosão de bomba nuclear pode passar despercebida, mas a U. R. S. S. concorda com a instalação dos referidos postos internacionais, a fim de dissipar qualquer desconfiança ou de eliminar qualquer pretexto para a continuação das experiências.

Outro argumento norte-americano, muito repetido, foi

também refutado por Krushchov, na base de fatos irrefutáveis: os Estados Unidos realizaram até hoje maior número de experiências com bombas nucleares que a União Soviética, e não podem portanto alegar que desculpam a necessidade de realizar novas explosões a fim de não ficarem em inferioridade. A serem aceitos argumentos desse tipo, jamais seria possível suspender as experiências.

A timidez dos governantes de Washington provocou vivas reações, nos meios os mais diversos. Quatorze eminentes personalidades, entre as quais o cientista Linus Pauling e o escritor Bertrand Russell, decidiram apelar para o Poder Judiciário, depositando denúncias contra as autoridades responsáveis pelas explosões experimentais, "a fim de impedir a terrível destruição com que se defronta o Mundo". Ao mesmo tempo que o líder do Partido Trabalhista inglês, Gatskell, dava o seu apoio ao "plano Rapacki", — embora considerando-o incompleto —, o senador norte-americano Keftauver pedia, em um programa de televisão, que os Estados Unidos adotem decisão semelhante à da União Soviética. E na Alemanha Ocidental prossegue a gigantesca onda popular e sindical de protesto contra o rearmamento atômico do país, refletida na posição oficial do poderoso Partido Social-Democrata.

O Birô do Conselho Mundial da Paz, reunido na capital da Índia, pôde assim constatar que "por todas as partes se multiplicam e aumentam as forças da paz". "Não só aumenta o seu número, como se unem para tornar mais eficazes os seus esforços".

"Todos esses progressos tornam possível", diz ainda o Birô, "um imenso e poderoso movimento pela paz". "O Birô do Conselho Mundial da Paz fará todos os esforços para que o Congresso pelo Desarmamento e pela Cooperação Internacional, a realizar-se em julho em Estocolmo, conduza à cooperação de todas essas forças". O Congresso representará importante contribuição para a união de todos os que desejam preservar o destino humano."

PORQUE SE IRRITAM OS ENTREGUISTAS

A LIVRE atuação de Luiz Carlos Prestes no cenário político e suas declarações prestadas à imprensa constituem os fatos marcantes da atualidade nacional. Com a liberdade de seu líder, os comunistas passam a participar mais abertamente e claramente da vida política, entram em contacto estreito com as demais forças e têm novas possibilidades para influir no curso dos acontecimentos, como parece a ponderável da opinião popular. O mais importante, porém, é que os comunistas surgem à luz do dia com uma nova política. Lutando pelo desenvolvimento independente e progressista do país, contra a dependência aos monopólios americanos, afirmam que é possível a solução pacífica dos problemas brasileiros, dentro da legalidade democrática, e se esforçam para alargar o desenvolvimento a coligação de forças nacionalistas e democráticas capaz de determinar modificações na política nacional.

A REPERCUSSÃO desta nova política dos comunistas, exposta na «Declaração» recentemente publicada e nas entrevistas de Prestes, pode ser avaliada não só pela acolhida favorável que encontrou nos meios operários, nos círculos nacionalistas e na opinião progressista do país, mas também pela reação que suscitou da parte dos grupos entreguistas e reacionários mais caracterizados, notadamente dos seus porta-vozes na imprensa. Os ataques aos comunistas e a Prestes, desfechos em editoriais e artigos de «O Globo» e «Diário de Notícias», revelam bem a irritação e o desespero dos círculos entreguistas. Habitados a acenar com o «perigo da subversão comunista» para intimidar os setores mais vacilantes do nacionalismo vêm-se privados agora desta arma de propaganda, em vista da firme disposição dos comunistas de atuarem dentro da legalidade democrática. Todo o seu esforço se concentra então em demonstrar que esta posição dos comunistas não constitui senão uma manobra tática, que há insinceridade na afirmação de Prestes sobre o caminho pacífico da revolução brasileira. A sinceridade das intenções não se demonstra ou rofuta com palavras, e sim com fatos. E os comunistas já estão comprovando, em sua atuação prática, que se dispõem a empregar os meios legais de luta política, ao prepara-se para participar das eleições, ao concluir acordos eleitorais com outros partidos.

O QUE leva ao desespero o entreguismo golpista é o que a atitude dos comunistas significa como uma contribuição de grande valor para a extensão e a coesão do movimento nacionalista.

Assumindo uma atitude positiva diante de todas as medidas orientadas no sentido do desenvolvimento do país e de sua emancipação econômica, os comunistas contribuem para a união da frente nacionalista e o isolamento dos grupos interessados na dependência do país em relação ao capital monopolista estrangeiro. Esta posição clara e firme dos comunistas fortalece os setores nacionalistas que, dentro e fora do governo, enfrentam as investidas do imperialismo e de seus agentes no Brasil.

UM EXEMPLO oportuno que pode ilustrar o quanto é certa esta política dos comunistas nos é dado pela situação crítica por que atravessou nosso principal produto — o café. Na imprensa, nos meios econômicos e dentro do próprio aparelho governamental desenvolve-se uma custosa campanha das forças ligadas a interesses estrangeiros contra a sustentação dos preços do café, objetivando a rebaixa dos preços, a desvalorização do cruzeiro e a perpetuação de nossa dependência exclusiva ao mercado dos Estados Unidos. Esta campanha é dirigida contra as forças que se batem por uma solução de interesse nacional para o problema do café, isto é, a defesa dos preços do nosso produto. Explorando as dificuldades econômicas do país e os erros e vacilações da política do governo, os entreguistas atacam os setores nacionalistas e tratam de responsabilizá-los pela crise do café, visando dividir e enfraquecer as forças que pugnam por uma política independente, inspirada nos interesses da nação. «Ou sai o café ou sai o governo» — diz sem rebuços a revista norte-americana «Visão». Recomeça assim a agitação golpista, com o fim iniludível de impor o alijamento do setor do governo que tem tomado posição favorável ao desenvolvimento nacional. Coerentes com sua posição antiperpetuacionista, os comunistas apoiam a política de defesa dos preços do café realizada pelo governo do sr. Juscelino Kubitschek. Ao mesmo tempo, criticam as falhas dessa política, indicando a necessidade da adoção de outras medidas, como a ampliação do mercado externo para o produto, sobretudo na área dos países socialistas.

NO QUADRO da situação política nacional é de se prever que a luta entre as correntes nacionalistas e os setores entreguistas se torne cada vez mais aguda. Os comunistas estão chamados a participar ativamente desta luta, a atuar como um fator de coesão do movimento nacionalista, a influir nas eleições para uma vitória decisiva das coligações nacionalistas e democráticas.

Comentário Político

UM DISCURSO NACIONALISTA E DEMOCRÁTICO

Um dos fatos mais importantes da semana foi, sem dúvida alguma, o vibrante e significativo discurso do General Falconiere por ocasião da comemoração do 150º aniversário do Supremo Tribunal Militar.

«O fato político dominante de nossos dias é o nacionalismo», disse o General Falconiere. Ao fazer tal declaração, afirmou que o mais importante era que o nacionalismo brasileiro se projetava cada vez mais no sentido de solidificar uma Pátria democrática, capaz de dar mais conforto, melhor padrão de vida e mais felicidade ao nosso povo. Por isso mesmo, o General Falconiere identificou com toda justeza a luta pela nossa emancipação econômica e contra as agressões econômicas, venham de fora ou de dentro do país, com a luta pela legalidade democrática e constitucional, contra os «regimes de exceção» — que só interessam aos aventureiros de toda ordem. «Temos de realizar essa tarefa cíclica, dentro da democracia», proclamou com inteira razão o General Falconiere.

Cada dia a nação brasileira mostra com mais vigor a sua disposição de viver livre e de lutar pelo seu incessante progresso. Não estamos dispostos a abrir mão daquilo que nos pertence de direito e de fato. Temos a nossa independência política e marchamos firmes no processo continuado da nossa emancipação econômica. Situando-se dentro desta norma de conduta, o General Falconiere pronunciou-se, ao mesmo tempo, por uma política exterior de coexistência pacífica. E nestes termos a sua definição: «Somos amantes da paz e almejamos um mundo sem lutas armadas com a coexistência política possível entre todos os povos. Um mundo sem armas nucleares e sem armas atômicas. Sem retaliações e sem discriminações políticas. Enfim, um mundo de paz, de justiça social e de compreensão entre as nações».

O discurso do general Falconiere, de cunho altamente político, diz bem do sentimento patriótico e democrático de que está imbuída a oficialidade das forças armadas brasileiras, particularmente do exército. Sua posição em defesa da legalidade democrática,

da soberania nacional e do desenvolvimento independente da nossa economia, como muitas vezes já tem sido comprovada, é um dos índices seguros das possibilidades de êxitos crescentes dos objetivos por que lutam as forças da frente única nacionalista e democrática.

VIDA ECONÔMICA

A produção Industrial em 57

A produção industrial em 1957 continuou com a tendência ascendente que se vem manifestando nos últimos 10 anos. Não foi, porém, um ano de rápido e uniforme crescimento.

O conjunto da produção industrial teve um incremento de 3,2%, o que representa uma diminuição em face da taxa média de crescimento no período 1948-55, que foi de 8,7%. Sob este aspecto comparativo, reduziu-se em 57 a expansão industrial.

Ocorreram assimetrias apreciáveis no crescimento da produção industrial. Enquanto houve um pequeno declínio no total da produção industrial de bens de consumo, foram bastante elevadas as taxas de crescimento no campo das indústrias que produzem bens de capital e intermediários. A indústria extrativa mineral teve um notável incremento. No campo do petróleo, houve um salto da ordem de 150% na extração. A extração e exportação de minérios de ferro e manganês alcançaram pronunciada expansão, crescendo respectivamente de 35% e de 350%. Em 57 teve especial significação o início da produção nacional de automóveis. A produção somou 33.352 veículos e o capital das empresas engajadas na fabricação de automóveis e peças é de 19,3 bilhões de cruzeiros.

Na indústria de construção civil alcançou-se um nível de atividade superior ao de 56 em 6%, embora o volume e construções não tenha atingido os altos níveis dos anos anteriores, especialmente de 48. Em relação a 56 a capacidade geradora do país cresceu de 3,8%. Mas o consumo de energia elétrica não se alargou como era de se esperar. Se entre 56 e 57 cresceu de 10%, entre 55 e 56 havia se expandido de 12%. A expansão no volume de tráfego realizado pelo sistema de transportes foi da ordem de 5,2%.

As emissões de capital realizadas na indústria, no ano passado, atingiram a 36 bilhões de cruzeiros, ou seja, aproximadamente, 58% das emissões globais. As maiores emissões ocorreram nos setores da siderurgia, do petróleo e da metalurgia.

A conjuntura de 57 caracteriza-se, portanto, como de expansão do setor industrial. O processo em desenvolvimento indica que se expande largamente a industrialização do país.

O Significado da Visita Do Presidente Frondizi

A visita do presidente Arturo Frondizi ao Brasil e a outros países sul-americanos, antes mesmo de assumir a chefia de governo argentino, é altamente significativa e constitui importante contribuição ao fortalecimento dos laços que unem todos os países latino-americanos.

Já a vitória de Frondizi, a frente de ampla coligação de forças mais democráticas e progressistas da nação irma, representou um grande avanço da causa da independência nacional dos países latino-americanos. A queda das sangrentas ditaduras de Odría, Pinilla e Jimenez, fruto de heróicas lutas dos povos do Peru, Colômbia e Venezuela, o movimento de libertação do povo cubano, que faz cambaleiar o regime do tirano Batista, a vitória popular de Frondizi e o poderoso movimento nacionalista que já empolga todo o povo brasileiro, são índices seguros da imensa envergadura da luta dos povos latino-americanos pela democracia e pela independência nacional.

Nos discursos que pronunciou, na Câmara dos Deputados e no Itamaraty, Frondizi acentuou com toda a ênfase esses dois principais objetivos da luta de nossos povos: liberdade democrática e independência nacional.

«Na América, se quisermos que o Mundo Novo cumpra o seu destino de continente da esperança humana, deverão desaparecer para sempre as ameaças de perseguições por motivos políticos ou associativos» — afirmou o Presidente argentino na Câmara.

No Itamaraty, sustentou a necessidade da integração da América Latina, numa conjugação e harmonização dos esforços de nossos países, em todos os setores da economia, para sairmos da condição em que nos encontramos, de fornecedores de matérias primas e importadores de produtos manufaturados. Acentuou que necessitamos industrializar as nossas matérias primas e criar o mercado comum sul-americano, para defesa comum de nossas economias.

Na entrevista coletiva que concedeu à imprensa, afirmou que a exploração do petróleo será monopólio estatal, que o seu governo empreenderá uma adequada reforma agrária, que é partidário da anistia ampla e «restrita», que o capital estrangeiro será aceito sob condições, desde

que corresponda ao interesse nacional. Quanto à política exterior de seu governo será independente, de relações amistosas com todos os países e contribuirá para manutenção da paz entre os povos.

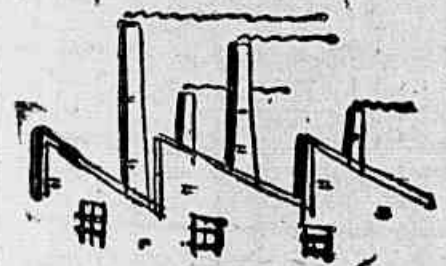
O presidente Frondizi apresenta-se, assim, como capaz de realizar um governo democrático, independente e progressista, apoiado pelas poderosas forças nacionais que o levaram à esmagadora vitória eleitoral. A formação de um tal governo num país vizinho e irmão, de importância da Argentina, há de ser um fator inestimável de impulso e ajuda ao nosso próprio desenvolvimento político e econômico. Já os entendimentos que o presidente Frondizi procurou e manteve, com o Sr. Kubitschek, há de influenciar favoravelmente o comportamento do setor nacionalista do governo em muitas questões fundamentais que estão na ordem do dia em nosso país.

Por tudo isso e por afirmar uma tendência de aproximação e estreita colaboração entre os governos dos dois grandes países vizinhos, a visita de Frondizi deve ser saudada por nosso povo como fato político de grande significação para a nossa luta, que é a de todos os povos latino-americanos, pela afirmação da soberania nacional e pela conquista e consolidação das liberdades democráticas.

CONFERÊNCIA NACIONALISTA NA UNE



«Porque somos nacionalistas» foi o título da conferência do deputado Fernando Ferrari, líder do PTB. A sua conferência, realizada na sede da UNE, no dia 8, compareceu considerável assistência composta particularmente de estudantes, operários e funcionários públicos. Estiveram presentes destacadas personalidades políticas e militares, líderes sindicais e estudantes. O deputado Ferrari ressaltou a capacidade e o valor do povo brasileiro, que luta com denodo pela emancipação nacional e pela democratização crescente do país. «Este grande povo, entretanto, é tremendamente sugado pelos trustes estrangeiros», afirmou o deputado Ferrari. Assim é que as empresas estrangeiras alcançam lucros em nosso país que são superiores à metade do orçamento nacional.



PELA LIBERDADE DA CULTURA

RESOLUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA ITALIANO SOBRE O PROBLEMA CULTURAL

A Comissão Cultural Nacional do PCI se reuniu para examinar as condições atuais da cultura italiana, suas estruturas organizativas e as posições ideais que mais as caracterizam e as tarefas que, nessas condições, se apresentam ao Partido e aos intelectuais comunistas a fim de continuar a luta por uma cultura livre e moderna, segundo a linha fixada pelo VIII Congresso.

I) A grave crise que hoje atravessa a cultura italiana é resultado da ação desenvolvida no último decênio pelos grupos monopolistas no sentido de reconquistar o seu ilimitado domínio e exercer a sua ditadura em todos os campos da vida nacional. Para tal fim não houve dúvidas, da parte de todas as forças conservadoras, em confiar à Igreja e aos grupos clericais os mais amplos poderes de controle sobre a vida intelectual e moral da nação, embora sufocando o impulso das grandes massas populares para a conquista e a elaboração de uma cultura autônoma própria e impedindo, por todos os meios, a renovação democrática da cultura nacional.

Por isso, a liberdade da cultura muitas vezes reivindicada de modo abstrato, de formas mitológicas, como um valor eterno e absoluto, fora do tempo e do espaço, concedido aos intelectuais na sociedade burguesa como propriedade perpétua e gratuita, nas suas manifestações concretas, é hoje pelo contrário, limitada na Itália entre margens bastante restritas, e é cada vez mais discutido e ameaçado o caráter democrático da cultura nacional.

O monopólio decenal político da democracia cristã consentiu, de fato, aos grupos dirigentes clericais que impedissem com medidas de discriminação, censura, boicotagem econômica, a afirmação dos grupos, das correntes e dos movimentos artísticos e de pensamento mais avançado (basta em suma, o exemplo do cinema e das artes figurativas); consentiu que submetessem ao controle direto de homens da sua própria confiança e de confiança dos grupos dirigentes capitalistas os mais importantes instrumentos de direção cultural (em síntese, o exemplo da Rádio-TV); consentiu a criação de uma rede vasta e capilar de novos centros de difusão da cultura abertamente a serviço dos interesses e das diretrizes ideais das velhas classes dominantes (basta o exemplo dos centros de assistência social); consentiu que desviassem um trabalho sutil de corrupção e escravização das consciências.

Tem a mesma origem a crise que hoje atravessam a escola, a Universidade e todo o sistema de organização da pesquisa científica e pela formação de quadros especializados técnicos e científicos. São empregados novos esforços para levar a termo e aperfeiçoar a ofensiva contra a escola nacional do Estado, não só fortalecendo ulteriormente as já ameaçadoras posições da escola privada confessional e deixando a escola estatal em condições sempre mais precárias e de abandono, mas limitando ulteriormente a liberdade dos educadores e consignando ao controle direto aos grupos monopolistas todo o setor da instrução profissional. No setor da Universidade e da pesquisa científica, agitando-se também aqui de modo demagógico, como se verifica com a instrução profissional, a exigência justa de um mais estreito contacto entre pesquisa científica e produção e a dificuldade de encontrar os meios financeiros necessários, procura-se fazer intervir diretamente os grupos monopolistas na organização da instrução superior e da pesquisa científica. Isso traria o perigo de limitar ainda mais o caráter «desinteressado» de que esta atividade não pode deixar de ter, especialmente se se quer garantir o mais amplo desenvolvimento da ciência aplicada e da tecnologia, e cumprir tal desenvolvimento dentro dos limites do papel subalterno ao qual a Itália é destinada na atual organização «europeizante» e «ocidental» dos grandes grupos monopolistas.

A crise que investe profundamente toda a estrutura da nossa organização escolar e científica repercute inevitavelmente mesmo no campo dos seus orientadores ideais. E, de fato, exatamente porque se quis conservar a estrutura da escola italiana, em 10 anos da Constituição republicana, um caráter de classe retrógrado e restrito, que a faz parecer cada vez mais caduca mesmo nos regulamentos e nos princípios educativos, os quais já não correspondem absolutamente às exigências do desenvolvimento no sentido moderno da sociedade italiana. Também a ilusão de considerar correspondentes a estas exigências certas experiências de técnicos «ativistas» exasperadas (que de resto, se acham, hoje em crise nos próprios países onde se originaram) é destinada a cair perante o fato de que, não por acaso estes técnicos possam se intrometer no espaço livre cada vez maior aberto no ensino, às influências confessionais, à persistência de uma atividade ideológica e reacionária nos confrontos do estudo dos processos da natureza e da história, ao papel subalterno mantido pelas ciências, às inundações da mais vulgar temática nacionalista e de conservação social ao desconhecimento dos valores históricos da luta anti-fascista e da Resistência.

Tais considerações adquirem um significado particular às vésperas de uma batalha política de cujo êxito dependerão, em grande parte, as condições futuras da democracia italiana, as perspectivas de um avanço democrático no caminho do socialismo, e até mesmo o livre desenvolvimento da cultura nacional. Realmente, se as forças reacionárias e clericais chegassem a consolidar e estender o seu domínio incontestável sobre a sociedade e sobre o Estado através da instauração de um regime clerical integralista, e se não fossem derrotados e não se abrisse, para o país, uma alternativa real de desenvolvimento democrático, novos e ainda mais graves perigos proliferariam de modo evidente para o futuro da vida intelectual e moral da nação.

II) Tudo aquilo que enfraquece a luta unitária em defesa do livre desenvolvimento da cultura nacional e conduz a posições de evasão da realidade, deserção, conformismo e capitulação, deve ser, portanto, considerado como um sério obstáculo a ser rapidamente removido e superado. Um

obstáculo desse gênero é o fato de viver deformando no último período em certos setores da linha da esquerda operária e democrática, a tendência a se destacar do marxismo e a se alinhar de várias maneiras nas posições ideológicas do neo-capitalismo, posições que renovam substancialmente as velhas ilusões reformistas de poder introduzir o socialismo no próprio corpo das instituições e das estruturas capitalistas.

Ao desenvolvimento destas correntes se deve realmente a nova tentativa hoje em ação, pondo de modo unilateral o problema da renovação do marxismo e da luta contra os seus «erros» verdadeiros e presumidos, de proclamar a «crise» do marxismo teórico e a necessidade de integrá-lo com posições afastadas da ideologia que de várias maneiras se reportam a uma visão agnóstica e, até mesmo, metafísica da realidade.

Ao desenvolvimento dessas correntes, e não unicamente ao trabalho de corrupção e de intimidação desenvolvida pelas classes dominantes e clericais, devemos juntar também certos recentes fenômenos de capitulação diante da ofensiva clerical, fenômeno que dão um caráter ainda mais inócuo à tentativa de certos grupos intelectuais no sentido de reivindicar novamente uma função orientadora do movimento de renovação da sociedade italiana em contraste e em luta com o partido político revolucionário, de vanguarda, da classe operária.

O primeiro resultado negativo de tal ofensiva revisionista foi, em síntese, o de imprimir ao debate das idéias e da ação de muitos intelectuais uma finalidade objetivamente privada de qualquer ligação positiva com uma perspectiva realista de desenvolvimento progressivo da luta política e do avanço da democracia e do socialismo na Itália.

Já se passaram dois anos, aliás, de uma resolução da Comissão Cultural do Partido Comunista que já havia alertado contra o perigo representado pela difusão de ideologias neo-capitalistas na Itália, embora acentuando como a difusão de tais ideologias nascia também dos fatos objetivos, isto é, do próprio desenvolvimento das organizações do trabalho, que levou também na Itália, nesta fase do desenvolvimento do capitalismo monopolista, ao nascimento de uma nova camada de intelectuais diretamente ligados, de várias maneiras, à produção. A experiência confirmou que a luta contra tais ideologias deve ser uma luta consequente para impedir a separação das forças preciosas da luta concreta pela renovação democrática e socialista da sociedade e da cultura italiana, e ainda mais, para conquistar para esta luta também aquelas novas forças intelectuais que hoje se acham objetivamente reduzidas a uma função de agentes ideais dos grandes monopólios. Isto exige naturalmente que a luta se desenvolva de modo justo, tendo em conta, de um lado, os resultados parciais que possam ter sido conseguidos, não obstante uma metodologia errada, pelos seguidores destas correntes na análise de aspectos singulares da realidade contemporânea, especialmente naqueles setores em cujos velhos entraves dogmáticos tinham, mais fortemente, freado o desenvolvimento criador do marxismo-leninismo; do outro, o fato de que a introdução de novos temas de pesquisa e de debate de idéias, mais diretamente ligados às análises das estruturas econômicas e de certos fenômenos da vida social pode e deve contribuir para remover o tradicional provincialismo da cultura italiana e superar o seu academicismo.

Novas possibilidades se apresentam hoje para o desenvolvimento eficiente desta ação ideal exatamente porque os fatos já estão dando um decisivo desmentido às posições revisionistas e, em primeiro lugar, às conclusões inteiramente arbitrárias que se quis tirar do processo autocrítico aberto no campo do socialismo pelo XX Congresso do PCUS. Em particular as novas conquistas da ciência soviética e a lamentável conclusão das históricas e absurdas tentativas dos governantes estadunidenses de forçar os tempos na emulação científica com a União Soviética, forneceram o índice mais eloquente dos múltiplos progressos alcançados na nova sociedade soviética na sua competição com os mais avançados países capitalistas, enquanto a firme solidariedade do movimento operário internacional confirmou ainda uma vez a validade do método do marxismo-leninismo e a sua capacidade de superar de modo positivo as debilidades e os erros revelados no curso de seu desenvolvimento. De tal modo que aquela que foi arbitrariamente apresentada como uma «crise» do comunismo e do marxismo foi-se transformando cada vez mais claramente em crise das ilusões neo-reformistas e do anticomunismo.

III) Apresentam-se assim com clareza as tarefas de particular importância que incumbem nesta situação ao Partido e aos intelectuais para realizar também no campo da luta cultural a linha do VIII Congresso. Cabe, em primeiro lugar, a esses, de fato, conduzir um grande trabalho de esclarecimento em torno do problema da liberdade da cultura, acentuando os termos históricos concretos nos quais se coloca hoje na Itália, de maneira que todos os homens de cultura se convençam da gravidade do perigo que nasce da ação coordenada dos grupos dirigentes clericais e dos grupos dirigentes capitalistas, contrapondo ao obscurantismo clerical e à perspectiva de um regime de paternalismo obscurantista, que o mesmo oferece à cultura italiana, a escolha de uma concreta alternativa democrática, cujo quadro é o único em que pode ser concebido e realizado um plano de renovação democrática da cultura italiana, plano que deve ter um posto de grande relevo no programa eleitoral do Partido.

Cada manifestação de renúncia diante desta luta para a qual são chamadas todas as forças vivas e progressivas da cultura italiana e, em particular que se rebelam à tentativa de liquidar o patrimônio ideal da Resistência, é um novo golpe assustado à liberdade da cultura, uma ajuda objetiva e inesperada oferecida às forças do obscurantismo. Portanto, cada tendência de fingir e ignorar a natureza real e a iminência do perigo clerical, dirigindo abstratamente a defesa da liberdade da cultura para procura prejudicial das chama-

das «garantias» por parte dos comunistas, procura que se transforme em uma venenosa polémica anti-comunista e anti-soviética, deve ser desmascarada e combatida como uma manobra no sentido de desarmar as forças progressivas da cultura e abrir caminho ao fortalecimento de um costume decalcado no mais vil conformismo.

AS TAREFAS DOS INTELLECTUAIS

IV) Na situação atual da Itália não se conseguirá todavia suscitar um grande movimento de resistência e de luta pela liberdade da cultura, se à frente desse movimento não se arregimentarem forças que não se limitem a bater-se de peito aberto e sem hesitação pela liberdade da cultura italiana e pela renovação democrática dos instrumentos de formação e direção cultural, mas que liguem sempre tais reivindicações à capacidade de defender e desenvolver um novo rumo à cultura nacional. Na vanguarda da luta pela liberdade da cultura se poderão colocar unicamente aqueles que, aceitando os riscos que tal luta pode hoje comportar, tenham ao mesmo tempo um rico patrimônio de idéias para defender e desenvolver, de idéias das quais estejam apaixonadamente convencidos e por cujo fortalecimento estejam dispostos a bater-se, e se necessário, a sacrificar até mesmo honras acadêmicas, sucessos efêmeros, fáceis prebendas. Na vanguarda da luta pela liberdade da cultura poderão colocar-se apenas aqueles que saibam bater-se em nome de uma cultura nova, de uma cultura moderna, que não possa deixar de encontrar o seu impulso criador e a sua força de expansão no vínculo com o povo, isto é, na vontade de derrubar a barreira que, ainda hoje, separa na Itália as «classes cultas» das «massas populares» para dar vida a uma cultura nacional unitária.

Por isso os comunistas não devem apenas tomar firmemente em suas mãos a bandeira da liberdade da cultura mas devem com o exemplo individual e coletivo do seu apaixonado empenho intelectual e moral, na ação para defender e desenvolver os elementos já agora existentes de uma nova cultura democrática, dar mais uma vez a todos os intelectuais italianos uma clara perspectiva de luta ideal, organicamente ligada à luta de todas as forças progressistas da nossa sociedade. Por isto, em primeiro lugar, é necessário enfrentar com seriedade científica os novos temas de pesquisa e de debate emanados do desenvolvimento da realidade, emanados do próprio impulso que nasce da realidade de acelerar a unificação da sociedade humana à base do socialismo, repelindo ao mesmo tempo com firmeza toda tentativa de transformar a justa exigência de desembaraçar o marxismo-leninismo dos obstáculos dogmáticos e de ajustar seu desenvolvimento ao desenvolvimento da realidade, numa estéril «caça aos erros» do passado, que acaba por perder qualquer caráter de autocritica positiva e por transformar-se em tendência à capitulação, a cultivar um grotesco complexo de inferioridade diante das ideologias burguesas.

Torna-se necessário, em segundo lugar, empenharem-se novas forças no estudo crítico da cultura burguesa italiana e sobretudo da cultura burguesa mais diretamente ligada aos centros dirigentes do imperialismo, a cultura anglo-saxônica, de modo a esclarecer de dentro, segundo o método de Marx, de Lênin, de Gramsci, as deficiências e os erros das soluções por ela propostas, repelindo ao mesmo tempo com firmeza

(Conclui na página 11)



O SECRETÁRIO DA ONU EM MOSCOW — Em sua recente visita à capital soviética, o Secretário Geral da ONU, sr. Dag Hammarskjöld, falou aos moscovitas através da televisão. No clichê, o estúdio e o intérprete no estúdio da T.V. de Moscou. (Foto da TASS).

A mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Presidente Juscelino Kubitschek na abertura da sessão legislativa deste ano é um retrato de corpo inteiro do caráter contraditório do seu governo. O documento revela, com toda nitidez, a ausência de uma orientação uniforme nos diferentes planos em que se desdobra a ação governamental, a inexistência de uma linha única — ou de uma "filosofia", como gosta de dizer o sr. Kubitschek — que sirva de roteiro à sua atividade. Não se poderia, aliás, esperar outra coisa, sabido que o atual governo, refletindo em seu seio as duas grandes tendências em choque na realidade brasileira, resulta de um compromisso entre os setores interessados no desenvolvimento progressista e independente do país e os grupos que desejam, porque isso lhes convém, a conservação do Brasil como um país atrasado e dependente dos monopólios estrangeiros. Includo em sua composição representantes das forças econômicas que expressam os interesses de ambos os setores, é inevitável que os atos e as palavras do atual governo tragam a marca dessa contradição e desse compromisso.

Pretendemos, neste artigo, abordar o capítulo da Mensagem que se refere à política exterior. Há aqui uma contradição básica: a que existe entre o desenvolvimento capitalista nacional e os anseios de progresso de todo o povo, exigindo necessariamente uma política exterior independente e de paz, e a orientação fundamental que imprime o governo às nossas relações com os outros países.

Isso não quer dizer que todos os atos da política exterior, invariavelmente, se contraponham aos interesses nacionais. Não seria justo fazer-se tal afirmação ao se levar em conta, por exemplo, certos aspectos positivos da política de maior aproximação com os países irmãos da América Latina. Como não seria lícito desconhecer um episódio como a designação do Embaixador Osvaldo Aranha para presidir a delegação brasileira à última Assembleia da ONU, embora obrigando-se o eminente estadista, como ele próprio confessou, a obedecer rigorosamente às ordens fornecidas pelo Itamarati. Aspectos como esses, evidentemente de significação secundária, refletem entretanto as contradições que se verificam no próprio âmbito da política exterior. Poderia, aliás, lembrar ainda que o próprio fato de o Presidente da República sentir-se obrigado, em sua Mensagem, a prometer uma "política exterior em harmonia com as tendências mais puras e mais legítimas da consciência nacional" — apesar de negá-la, em suas linhas essenciais, quando traça essa política — é também um sinal da dificuldade, que cresce cada dia, de se adotar uma política externa em contraposição frontal aos interesses nacionais. E se passarmos do terreno da diplomacia ao das relações econômicas com o mundo exterior — fator que, no final das contas, condiciona a política externa nesse ou naquele sentido — não se pode deixar de assinalar a resistência oferecida pelo governo aos monopólios norte-americanos do café na guerra que travam pela desvalorização desse nosso produto. Prestes assinalou, numa de suas recentes entrevistas, ser esta a primeira vez que um governo brasileiro adota e mantém semelhante posição. É claro que tal resistência se dirige não só contra os comerciantes e especuladores americanos, mas também contra o Departamento de Estado, cujos funcionários, como se dá com o sub-secretário Roy Rubottom, estão lançados de cheio nessa luta.

Essas contradições, que surgem e se desenvolvem no próprio âmbito da política exterior, não tendo ainda atingido a um pon-

Uma Política Exterior Independente

Almir MATOS

to em que pudessem levá-la a um novo curso, devem ser no entanto cuidadosamente observadas. Elas indicam que certas modificações — é verdade que poucas e tímidas — já estão se verificando. Mas a tendência incoercível é para se aguçarem cada vez mais, dada a impossibilidade em que se encontram os reduzidos setores pró-imperialistas de, por meio do terror ideológico, encobrir o choque entre a velha orientação da política exterior, até agora mantida no que tem de essencial, e a necessidade de uma orientação nova, independente e progressista. Esse choque entre duas orientações diferentes se verifica no seio do próprio governo e até mesmo entre os funcionários mais categorizados do Itamarati. Poderia citar muitos exemplos, mas um é bastante pelo que tem de convincente: enquanto a orientação oficial do Itamarati é contrária ao reatamento de relações do Brasil com a URSS e à admissão da China na ONU (por imposição do Departamento de Estado dos EUA), o Presidente da delegação brasileira à Assembleia da ONU é um ardoroso partidário dessas medidas. A luta entre essas duas linhas tende, inevitavelmente, a se agravar, com vantagem para a linha nacionalista. E é precisamente do desfêcho que tenha a luta entre essas duas tendências, com a vitória da tendência nacionalista, que resultará para o nosso país uma política exterior independente e de paz.

É necessário, porém, que se tenha consciência de toda a seriedade dessa luta. Dependendo, afinal, de qual seja a política exterior que adote é que um país qualquer define a natureza e o caráter de suas relações com os demais países: relações de dependência ou de subordinação, relações que facilitem o progresso nacional ou que sejam um fator de conservação do atraso ou de freio ao desenvolvimento, relações que contribuam para a paz mundial ou para encorajar os incendiários de guerra. No caso particular de países subdesenvolvidos como o Brasil, cuja economia estêve sempre colocada na dependência de determinadas potências imperialistas (atualmente, os Estados Unidos), a orientação seguida no terreno da política exterior repercute ainda mais intensamente em toda a vida da nação. Não é por outro motivo que se localiza justamente no Itamarati o mais intransigente reduto do obscurantismo entreguista.

As resistências a uma renovação no sentido do nacionalismo e de uma posição internacional independente são aqui especialmente tenazes. E a Mensagem do Presidente Kubitschek é uma prova disso. A orientação traçada na Mensagem corresponde à crítica feita na recente Declaração do Comitê Central do Partido Comunista: "A política exterior permanece em geral caudatária do Departamento de Estado norte-americano", isto é, colide com os interesses nacionais e não serve à causa da paz mundial.

A essência da questão está em que o governo brasileiro, num ato de alienação de nossa soberania e daquilo que o sr. Osvaldo Aranha chama de nossa "destinação de ordem mundial", insiste numa política de subordinação a uma potência estrangeira — os Estados Unidos. E nesse passo não somente abdica o Brasil do direito de se pronunciar livremente em face dos graves problemas internacionais como condiciona a aprovação ou ao veto de mr. Dulles a ado-

ção de medidas que dizem respeito apenas aos nossos próprios interesses nacionais.

Não há nisso nenhum exagero, nem uma tal situação pode satisfazer a qualquer pátria. E, infelizmente, a realidade. Uma das diretrizes fixadas para a atuação da delegação brasileira na ONU diz o seguinte: "Apoiar as potências ocidentais em todos os esforços tendentes a assegurar a paz". Excluindo o debate acerca do conceito que têm as potências ocidentais do que seja "assegurar a paz", nenhuma pessoa que pense de modo independente pode admitir o exclusivismo de se atribuir unicamente ao Ocidente as iniciativas de paz passíveis de merecer o apoio do Brasil? Admitindo-se que surjam também do Ocidente (mas concretamente, dos Estados Unidos) propostas que sirvam à paz, por que eliminar "a priori" essa possibilidade em relação aos países socialistas ou às nações da Ásia e da África? Não é evidente que essa alienação de nossa independência reduz a um simples jogo de palavras a ênfase com que o Presidente Kubitschek reivindica para "a nossa diplomacia, para o Brasil, o direito de ser ouvido em todas as questões que envolvam a paz, a segurança e o bem-estar dos povos"? A verdade é que na ONU, como nos organismos internacionais em geral, as posições tomadas pelos delegados brasileiros estão sempre condicionadas a uma estratégia e a interesses que não são os nossos, mas dos Estados Unidos. E, como disse o sr. Osvaldo Aranha, "esta situação é, por vezes, constrangedora e compromete, até certo ponto, a autoridade do Brasil".

Essa subordinação à estratégia e aos interesses de uma outra potência já levou inclusive a que o atual governo, ferindo a soberania nacional, entregasse uma parte de nosso território — o arquipélago de Fernando de Noronha — para nela ser instalada uma base de teleguiados dos Estados Unidos, gesto em consequência do qual podem recair sobre o nosso país todas as consequências de uma guerra atômica, caso venha a ser deflagrada.

Únicamente essa subordinação é que pode explicar ainda a inexistência de relações normais entre o Brasil e os países de regime socialista. Há aqui, além de tudo, um motivo de vergonha nacional: "Somos, de fato, o único país grande no mundo e com possibilidades imensas, reconhecido como uma nação a quem o futuro reserva imensa participação na comunhão mundial, que não mantém relações com todos os povos, particularmente com a Rússia" (Osvaldo Aranha). O longo debate realizado em torno deste tema já permite não haver qualquer dúvida quanto aos motivos que pesam para o absurdo adiamento da normalização de nossas relações com a URSS, a China e outros países socialistas. São os monopólios e o governo dos Estados Unidos que influem nesse sentido, temendo que uma tal medida leve a uma atuação menos dependente de nosso país no cenário internacional e venha contribuir para o aumento de nossa potência econômica — chave para a conquista da efetiva emancipação nacional.

Convém esclarecer, nessa altura, que ao reclamarem uma nova orientação para a nossa política exterior, os comunistas e demais nacionalistas não partem de qualquer primarismo anti-Ocidente ou anti-Estados Unidos.

Não se trata de nenhuma atitude pré-estabelecida de hostilidade a qualquer país nem de afastar os possíveis benefícios de uma sã colaboração com os Estados Unidos. No mundo inteiro, os verdadeiros defensores da paz são partidários da coexistência pacífica de todos os países, independentemente da diferença de regimes sociais. Eles consideram que a colaboração internacional tem um papel importantíssimo para a manutenção e a consolidação da paz e o progresso de todos os países. No que toca aos países subdesenvolvidos, como é o nosso caso, essa colaboração adquire um significado especial, pois lhes é muito mais difícil prescindir dos recursos e da técnica estrangeiros.

O que reclamam os comunistas e demais nacionalistas é uma política exterior nacional, independente, em consonância com as aspirações de paz do nosso povo e as exigências do desenvolvimento econômico do Brasil. Somos contra a alienação de nossa soberania, contra a subordinação dos interesses nacionais aos interesses de outra potência. Os nacionalistas não pedem, por exemplo, que se rompam as relações com os Estados Unidos, mas mostram que é necessário o Brasil manter relações com todos os povos, não se justificando o isolamento para com a URSS e os outros países socialistas. Os nacionalistas não advogam a ruptura dos atuais compromissos militares com os Estados Unidos pensando em substituí-los por compromissos com a União Soviética, mas a não participação do Brasil em quaisquer blocos militares. Os nacionalistas, enfim, não reivindicam a cessação do intercâmbio comercial com os Estados Unidos, mas mostram a necessidade de que esse intercâmbio se estenda a todas as nações e que seja feito, em qualquer caso, com a supressão de privilégios que prejudiquem os empreendimentos nacionais, de exigências de caráter político e de condições econômicas (seleção nas inversões de capital; juros e prazos de amortização nos casos de financiamento) que firam os interesses do Brasil.

Se o fogo da luta dos nacionalistas brasileiros se concentra sobre o imperialismo norte-americano, isso não é determinado por nenhuma razão de ordem subjetiva ou — como costumam fazer crer os propagandistas dos monopólios ianques — por qualquer sentimento de antipatia aos Estados Unidos ou ao povo desse país. As razões são muito concretas: os sucessivos governos brasileiros, nessas últimas décadas, colocaram e mantiveram o nosso país sob a dependência econômica e política dos círculos imperialistas norte-americanos. Essa dependência tem nos custado caríssimo: somos literalmente pilhados pelos monopólios ianques, atrasamos em nosso desenvolvimento e não podemos até agora nos apresentar de cabeça erguida diante das nações do mundo.

A realidade está mostrando que essa dependência precisa ser liquidada urgentemente. Ao mesmo tempo em que ela nos compromete, de modo extremamente perigoso, com os planos agressivos do governo norte-americano, constitui um freio já intolerável ao desenvolvimento econômico independente do país.

A formulação de uma nova política exterior, que leve em conta as exigências do interesse nacional e o desejo de paz do nosso povo, constitui por isso uma reivindicação que unifica os mais amplos setores da sociedade brasileira. Na medida em que se fortalecer essa unidade e adquirir maior força a reivindicação de uma orientação independente serão isolados os defensores da linha pró-imperialista no Itamarati e outros órgãos do governo, triunfando afinal a orientação nacionalista.

Reunião Plenária Do P. C. da Indonésia

Acaba de realizar-se em Djakarta a 6ª sessão plenária do Comitê Central do Partido Comunista da Indonésia.

D.N. Aidit, secretário-geral do Partido, apresentou um informe intitulado «Nova etapa e adaptação da organização à situação», no qual faz um balanço de seis meses de atuação do Biro Político e examina as tarefas futuras. Aidit, ao analisar a situa-

ção internacional, chamou a atenção para os prováveis impactos da recessão econômica norte-americana sobre a economia da Indonésia, pois mais de 40% das exportações do país ainda são feitas para os Estados Unidos. Outro fato negativo, cujas repercussões nos atuais acontecimentos estão servindo de lição, foi a progressiva substituição dos investimentos estrangeiros de origem holandesa pelos in-

vestimentos norte-americanos japoneses e da Alemanha Ocidental, que Aidit comparou ao ditado «afastar o tigre da porta da frente e chamar o leão da porta dos fundos».

Referindo-se à situação interna, Aidit elogiou a firme atitude do gabinete Djuanda e do presidente Sukarno, que lhes asseguraram um apoio

de massas até então não obtido por nenhum outro gabinete. Adotando uma atitude realista e positiva, o governo poderá controlar a situação e evitar a desintegração da República, e fechar as portas à ingerência estrangeira.

A tarefa geral dos comunistas indonésios é defender, reforçar e desenvolver as liberdades políticas e a democracia, condição indispensável para o êxito da frente única, sua ampliação e desenvolvimento.

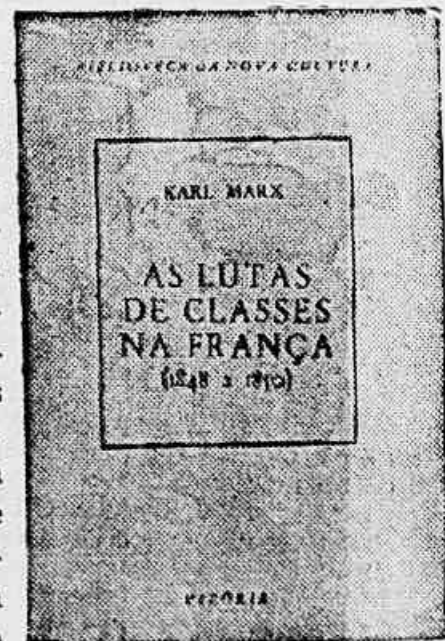
Depois de aprovar o informe de Aidit, o Comitê Central aprovou uma resolução na qual apresenta como tarefa imediata e fundamental a liquidação do governo rebelde instituído em Sumatra e da influência econômica das empresas monopolistas holandê-

sas ainda instaladas no país.

O Comitê Central apontou a cooperação entre as forças armadas e o povo como o caminho para liquidar com a rebelião.

Apesar das dificuldades presentes, o Comitê Central constatou que a situação atual é ainda mais favorável às forças populares que anteriormente. A resolução finaliza com a denúncia da interferência da SEATO (Organização do Sudeste da Ásia) nos acontecimentos internos da Indonésia. Essa interferência confirma a declaração de que a SEATO é a fonte do perigo de guerra no sudeste da Ásia, contida no documento assinado em Moscou pelos partidos comunistas.

Atarefa principal de cada indonésio, conclui o documento, é defender, consolidar e ampliar as liberdades políticas.



PROBLEMAS de NOSSA POLÍTICA

UMA NOVA POLÍTICA EXTERIOR PARA O BRASIL

Nada nos obriga a girar na órbita do imperialismo norte-americano. Política e economicamente, a dependência ao imperialismo lanque só tem ocasionado ao Brasil prejuízos incalculáveis.

O não atendimento das exigências de todos os setores representativos da população brasileira, no sentido de que sejam realizadas sem demora modificações progressistas na política exterior, vem privando o Brasil de ocupar o lugar que de direito lhe cabe na comunidade mundial das nações. Somos uma das dez mais importantes nações do mundo, mas ainda não adotamos uma conduta exterior independente, que inclua relações com todos os países em pé de igualdade e à base de benefícios mútuos, colaborando, ao mesmo tempo, com todos os povos para a manutenção da paz. As mudanças na nossa política externa colocam-se atualmente nos termos de que o Brasil necessita cumprir a resolução final da última Assembleia Geral da ONU, unanimemente adotada, proclamando todos os países, independentes de seus regimes políticos, a fim de que mantenham relações diplomáticas e comerciais. Além disso, se o Brasil pertence à ONU, não pode continuar a discriminar países membros, sentando-se na mesma mesa e participando das mesmas deliberações sem ter com eles relações normais, uma vez que isto importa na violação dos princípios básicos consagrados na própria Carta da ONU.

A necessidade de rever a política internacional do Brasil também decorre de fatos de natureza comercial. São gravíssimos os prejuízos que acarreta ao Brasil a atual orientação que se imprime ao seu comércio exterior, ou seja, de dependência aos Estados Unidos. Além das sérias desvantagens que advêm para o Brasil a dependência de seu comércio exterior, quase exclusivamente de um só país, a subordinação de nossa política comercial aos Estados Unidos tem implicado no recebimento de somas cada vez menores pela venda de quantidades cada vez maiores dos nossos produtos, no conformismo em face das criminosas especulações da Bolsa de Nova York, na aceitação dos Estados Unidos como intermediário na venda de muitos dos nossos produtos, etc.

Lembremo-nos do tremendo prejuízo que nos deram os Estados Unidos com o saldo de 800 milhões de dólares acumulados por nós durante os anos da segunda guerra mundial. Conforme declarou a "Última Hora", de 29 de janeiro último, o sr. Valentim Bouças, figura insuspeita para falar das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, esse saldo foi "criminosamente queimado em brinquedos, objetos plásticos, conservas alimentícias e outros artigos, supérfluos ou de consumo, porque os Estados Unidos não cumpriram o compromisso que tinham conosco, desde a Conferência de Chapultepec, de dar-nos prioridade no fornecimento nos equipamentos industriais, principalmente de transporte, e outros bens de produção, necessários à restauração e fomento de nossa economia".

Com a dependência em que atualmente se encontra o nosso comércio exterior aos Estados Unidos, não poderão deixar de ser muito sérios os impactos no Brasil da depressão econômica norte-americana, refletindo-se diretamente no ritmo do nosso desenvolvimento. Ao lado disso aí estão os especuladores forçando a baixa dos preços dos nossos produtos de exportação e a alta dos preços dos produtos que importamos. Se se comparar as nossas exportações de 1955 e de 1957 (jan-out), observa-se que o volume subiu a 6.189 mil toneladas para 6.343 mil, mas os preços caíram de 1.423 milhões de dólares para 1.106 milhões, perda essa determinada particularmente pela queda sistemática dos preços

de café. O preço médio da tonelada dos nossos produtos de exportação caiu de 340 dólares, em 1954, para 170 dólares, em 1957. A queda do preço por saca de café, entre 1953-57 foi de US\$ 69,91 para US\$ 59,05. Essa queda do café se traduz num prejuízo, para nosso país, de 400 milhões de dólares, entre 1954 e 1957. Simultaneamente, os monopólios forçam a alta dos preços dos produtos que importamos. O preço por tonelada das importações elevou-se de 94 pa-

ra 108 dólares, entre 1955 e 1957. Assim é que pagamos em 1957 muito mais pelos combustíveis que importamos, pelas matérias primas indispensáveis à nossa indústria, pelas máquinas e aparelhos para os vários setores de nosso desenvolvimento econômico, etc. Num triênio apenas, tivemos uma queda de 30%, no poder aquisitivo dos nossos produtos no mercado internacional, reduzindo, com isso, a remuneração de todos os fatores de produção relacionados com a exportação brasileira.

Aí está porque os Estados Unidos se retiraram da Comissão de Matérias Primas da ONU. É sistemática a luta que os Estados Unidos empreendem contra a elevação dos preços das matérias primas dos países subdesenvolvidos, portanto, dos produtos que são exportados pelo Brasil. Ainda há pouco, o sr. Roy Rubotton, falando dos países latino-americanos exportadores de café, disse que os Estados Unidos estão "em desacordo com alguns de seus esforços tendentes a manter os preços". Quer dizer, o governo norte-americano combate de fato a novel organização internacional de defesa do café, à cuja frente se encontra o Brasil como principal interessado. Além disso, temos o recente combate violento desencadeado pelos Estados Unidos à proposta do Brasil, na Conferência do Grupo de Cacao da FAO, há pouco realizada na Nigéria, no sentido de que os países produtores e consumidores se associassem num acordo internacional para estabilizar os preços do cacao no mercado mundial.

some-se a tudo isso o fato dos Estados Unidos, valendo-se do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e particularmente de uma lei própria, "Battle Act", poderem impedir-nos de vender a outros países, sem a sua autorização, os nossos produtos ou matérias primas considerados estratégicos. Os Estados Unidos suspenderam, por exemplo, a compra do nosso cristal de rocha, mas continuam com o monopólio de seu comércio com o exterior. Avolumam-se hoje as denúncias de que, no intercâmbio com o Brasil, os Estados Unidos apresentam quase sempre condições apriorísticas, proibem investimentos e créditos para obras estatais, etc.

Jamais fomos pelo rompimento das relações do Brasil com os Estados Unidos, mas não podemos deixar de ser intransigentemente contra a continuação de um tipo de relações que implica na submissão do Brasil aos interesses dos monopólios norte-americanos. Nisso colocamos acima de tudo os interesses do Brasil. As necessidades da defesa da soberania nacional e do desenvolvimento independente da nossa economia impõem, cada dia com maior força, que se abandone essa política de relações diplomáticas e de intercâmbio comercial desiguais, que permita interferências nos nossos negócios internos e acarreta prejuízos de toda ordem.

A nação inteira exige que se liquide com a política de dependência e submissão ao imperialismo norte-americano. A única política que convém ao Brasil é uma política exterior independente, de relações amistosas com todos os países e à base de igualdade de direitos e mútuos benefícios, de defesa consequente dos interesses nacionais. Só uma tal orientação pode assegurar a nossa independência política completa, abrir caminho para a nossa soberania econômica e levar o Brasil a ocupar a relevante posição que lhe cabe no seio da comunidade mundial das nações.

FERENC MUNICH Primeiro Ministro da Hungria

Em janeiro último, a Assembleia Nacional da República Húngara elegeu Ferenc Munnich chefe do governo operário e camponês revolucionário.

O novo primeiro-ministro húngaro nasceu a 16 de novembro de 1886 na região de Fejér, na Hungria. Cursou a Faculdade de Direito. Ao estalar a primeira guerra mundial, Munnich, oficial da reserva, se incorporou às fileiras do exército. Em 1915 foi feito prisioneiro na frente russa, sendo enviado para a Sibéria. Aí estabeleceu contactos com os bolchevistas deportados e se inclinou nas idéias marxistas. Em 1916 fez propaganda revolucionária junto com Bela Kun e outros camaradas no acampamento de prisioneiros de guerra em Tomsk.

No outono de 1917 Munnich formou um destacamento de ex-prisioneiros, que se incorporou à Guerra Vermelha e combateu contra os guardas brancos e as tropas intervencionistas. Em 1918 regressou à sua pátria, dedicando todas as suas energias à fundação do Partido Comunista Húngaro.

Proclamada a República Soviética Húngara, Munnich ocupou os postos de comissário de divisão e de chefe da direção política do Exército Vermelho Húngaro. Depois da derrota da República, Ferenc Munnich teve que se exilar. Participou então no movimento operário da Áustria, da Alemanha e de outros países.

Em 1936 seguiu para a Espanha a fim de participar da derrota da República. Ferenc Munnich teve que se sendo chefe do Estado-Maior da 11ª Brigada Internacional e logo depois seu comandante. Em 1939, Munnich cruzou os Pirineus com as tropas republicanas em retirada. Na França passou quase dois anos em campos de concentração. Sóto afinal, viajou para a União Soviética. Durante a segunda guerra mundial combateu nas fileiras do Exército Soviético. Em 1942 foi ferido na batalha de Stalingrado.

Derrotado o fascismo hitleriano, Ferenc Munnich voltou à Hungria, em setembro de 1945, dando imediatamente todo o seu concurso na construção da república popular. Durante vários anos atuou na diplomacia: foi encarregado de negócios na Finlândia e mais tarde embaixador na Bulgária, na União Soviética e na Jugoslávia. Nos dias do movimento contra-revolucionário de outubro de 1956, Munnich foi um dos organizadores da luta do povo húngaro para impedir a derrota das suas conquistas socialistas. Participou na formação do governo operário e camponês revolucionário, a cuja frente se encontrava Janos Kadar. De novembro de 1956 a fevereiro de 1957 foi vice-presidente do Conselho de Ministro e ministro das Forças Armadas e da Segurança Pública.

Em fevereiro de 1957 foi nomeado primeiro vice-presidente do governo operário e camponês revolucionário, cargo que desempenhou até sua eleição para presidente do Conselho de Ministros.

Ferenc Munnich faz parte do Biro Político do Comitê Central do Partido Operário Socialista Húngaro.

VIDA dos partidos COMUNISTAS e OPERÁRIOS

NA LEGALIDADE, O P.C. DA VENEZUELA LANÇA O SEU PRIMEIRO MANIFESTO A NAÇÃO

Em março último, o P. C. Venezuelano, que agora se encontra na legalidade lançou o seu primeiro manifesto público à nação. O manifesto foi firmado pelos conhecidos dirigentes comunistas Gustavo Machado Jesús Faria e Pompeu Marques. Numa entrevista coletiva, Gustavo Machado fez a entrega do manifesto à imprensa escrita e falada de Caracas.

Nesse manifesto, o P. C. Venezuelano apresenta a sua posição a respeito de diversos problemas relacionados com a necessidade de consolidar e ampliar a democratização do país e de fortalecer e desenvolver a unidade das forças democráticas e patrióticas. O P. C. V., pede a realização imediata das eleições como decisiva contribuição à tranquilidade pública, mostra como os monopólios lanques deformaram a economia venezuelana e acentua a necessidade de uma mais ampla cooperação com

a Junta Patriótica, que dirigiu a insurreição contra a tirania de Pérez Jimenez.

Dessa organização de frente única participam os mais importantes partidos políticos da Venezuela: o Partido Comunista, a Ação Democrática, a União Republicana Democrática e o partido dos democratas cristãos. A Junta Governamental, já designou uma comissão redatora do estatuto eleitoral, composta de representantes de todos os partidos políticos. Além disso, os partidos políticos estão de acordo sobre a realização imediata das eleições, que devem ocorrer simultaneamente o Parlamento e o Presidente da República, sendo que este deve ser uma personalidade sem filiação política e de comprovado prestígio nacional.

O P.C. HOLANDÊS CONDENA A INTERVENÇÃO NA INDONÉSIA

O «DE WAAHEID», órgão do P. C. Holandês, publicou um manifesto do Bureau Político do P. C. do P. C., Holandês, condenando o apelo dos jornais direitistas para que a Holanda iniciasse a intervenção armada no oeste da Indonésia e dê ajuda direta aos rebeldes indonésios.

Além disso, o manifesto acentua a necessidade da realização da conferência dos dirigentes das grandes potências, a fim de discutir o desarmamento e a diminuição da tensão internacional.

A VISITA FEITA, EM RETRIBUIÇÃO, PELA DELEGAÇÃO DO PCUS AO P.C. ITALIANO

De 28 de fevereiro a 4 de março último, esteve na Itália uma delegação do PCUS composta pelos camaradas P. N. Popeliev, candidato a membro do Presidium e secretário do C. C. do PCUS (Chefe da delegação), B. N. Ponomariov e A. M. Esmilantsev, membros do C. C., M. S. Sinitze, membro do C. C. do P. C. da Ucrânia e secretário do Comitê da Cidade de Kiev, A. N. Nikefonov, secretário do Comitê Distrital Dzerjinski de Moscou, D. P. Cheviliaguin e A. A. Diakov (Secretário da delegação), colaboradores do C. C.

A delegação do PCUS visitou a Itália a convite do C. C. do P. C. italiano e em retribuição à visita feita à URSS, em julho-agosto de 1957, por uma delegação do P. C. italiano, a convite do C. C. do PCUS. Por ocasião de sua estada na Itália, a delegação do PCUS teve uma série de encontros e de palestras com uma delegação do P. C. italiano, encabeçada pelo camarada Topliatti.

A delegação do PCUS visitou organizações do P. C. I., nas províncias de Veneza, Florença, Siena, Roma, Nápoles, Turim, Milão, Reggio-Emilia, Bolonha e Sicília, provando conhecimento com as experiências de trabalho das federações e seções do P. C. I. nestas províncias e com a atividade das organizações democráticas de massas dos trabalhadores italianos. Ao mesmo tempo, a delegação teve oportunidade de encontrar-se e conversar não só com dirigentes das organizações partidárias, mas também com grande número de comunistas de diferentes camadas do novo trabalhador da Itália.

Durante sua permanência na Itália, a delegação do PCUS foi alvo da mais calorosa e fraternal acolhida por parte do C. C. do P.C.I. dos ativistas do Partido e de todos os comunistas italianos. Como resultado da visita da delegação do PCUS ao P. C. I., dos encontros e palestras, foi emitido um comunicado conjunto no qual se acentua: a acolhida carinhosa e fraternal à delegação dos comunistas soviéticos por parte dos comunistas e dos trabalhadores italianos; a atmosfera de cordialidade e respeito mútuo em que decorreram os encontros e palestras entre os camaradas soviéticos e italianos; as ricas experiências do P. C. I., na luta por criar um núcleo da classe operária um amplo sistema de alianças, a fim de conduzir o povo italiano para o socialismo; a importância histórica do encontro, realizado em Moscou, dos representantes dos partidos comunistas e operários, da Declaração e do Manifesto da Paz por eles adotados, que constituem uma grande vitória política e ideológica do movimento comunista e operário mundial. O comunicado conjunto acentua, ainda, o valor da existência de relações estreitas e fraternais entre os partidos comunistas e operários, baseados nos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário, do respeito mútuo e igualdade de direitos, o que favorece a ulterior coesão das fileiras do movimento comunista internacional; a significação dos contactos diretos entre os representantes dos partidos comunistas, com o objetivo de fortalecer ainda mais a unidade e a colaboração fraternal entre eles, de ampliar as informações recíprocas e estabelecer intercâmbio regular das experiências de trabalho partidário; etc.

O comunicado conjunto conclui nestes termos: «As delegações de ambos os partidos estão convencidas de que os encontros e contactos entre eles servirão ao fortalecimento da causa da amizade e da compreensão mútua entre os povos de ambos os países. Em nome desta causa, continuarão a trabalhar e a lutar».



Lutam os Trabalhadores Pelo Reajustamento Salarial

A EMPRESA IMPERIALISTA QUER UM NOVO AUMENTO DE TARIFAS PARA AUMENTAR OS SEUS LUCROS — REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES, INCLUIDAS NO PROGRAMA DA DIRETORIA DO SINDICATO

Reportagem de UBIRAJARA BRASIL (2a. e última)

Últimamente, a Light paulista vem intensificando os métodos de exploração de seus operários.

Aumenta o número de horas de serviços, realiza o combate sistemático aos líderes operários que se destacam na defesa dos interesses de seus companheiros, tudo faz para dividir os trabalhadores por categorias, contribuindo assim para enfraquecê-los. Persegue inclusive os operários já estabelecidos.

No setor de Paula Souza, por exemplo, a companhia se aproveita da tabela D (re-

ferente às empresas de utilidade pública), para retirar dos operários o direito às folgas no domingo. Obriga os trabalhadores a trabalhar três domingos por mês e folgar apenas um. Já em Cubatão, a empresa não paga a taxa de insalubridade para os que trabalham na usina subterrânea. Nesse setor, aliás, os trabalhadores são perseguidos principalmente por um chefe, sr. Kel, considerado por todos um verdadeiro polícia. Ali existem fiscais e um posto de polícia dentro da usina, com soldados da Força Pública. O referido sr.

Kel, apelidado «Pé macio», costuma percorrer os locais de serviço para ver se pega em flagrante, altas horas da noite, algum operário sem trabalhar, principalmente os estabilizados.

Nas oficinas do Cambuci existem antigos chefes da Light que trabalharam na China, ao tempo de Chiang-Kai-shek e que, com a derrota deste, vieram para o Brasil. Também do Egito veio o atual chefe da oficina do Cambuci, chamado Andriani Landriani. Este, cruel perseguidor dos operários, chegou a simular ter sido vítima de envenenamento, por parte de operários que lhe serviam uma xícara de café. Os operários foram maltratados na polícia e suspensos da empresa. Sete deles foram demitidos, devido à falsa acusação, sem receber indenização. No entanto, o laudo médico constatou a inexistência de envenenamento. Os operários despedidos acabaram sendo indenizados, numa tentativa de abafar o caso.

AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

São conhecidas de todos a combatividade e o espírito de luta dos trabalhadores da Light, em defesa de seus direitos e contra as frequentes arbitrariedades cometidas pela empresa.

Atualmente, eles lutam pelo reajustamento salarial, uma vez que terminou a 21 de fevereiro a homologação do antigo contrato.

A Light, como sempre, tudo faz para incluir na homologação um novo aumento de tarifas, que lhe permita ganhar mais alguns milhões e ao mesmo tempo, dar aos trabalhadores apenas algumas migalhas.

Dezenas de outras reivindicações, porém, estão incluídas no programa da atual diretoria do sindicato. Destacam-se, por sua importância, as seguintes:

- Aprovação da lei Orgânica da Previdência Social;
- revisão dos níveis de salário-mínimo;
- semana de cinco dias para os empregados de escritório;
- semana inglesa para o setor de Paula Souza, Linha de Cabos, Seção de Medidores;
- pagamento do almoço desde que o operário sala do perímetro urbano;
- pagamento em dobro das folgas prejudicadas, como determinam as leis do trabalho.

Em torno dessas reivindicações desenvolve-se hoje a luta dos trabalhadores da Light. Para isso, reforçam sua luta e se unem em torno da diretoria de seu Sindicato, legítimo defensor de seus interesses.

Ao lado de seus companheiros das demais categorias profissionais, participam do Pacto de Unidade Inter-sindical, dirigente das lutas operárias no Estado bandeirante, nestes últimos anos.



No dia 2 deste mês, nossa redação e administração receberam a visita cordial de Luiz Carlos Prestes. Nesta ocasião o líder comunista manteve com redatores e funcionários deste jornal animada palestra. Regojada com a decisão judicial que deu a Luiz Carlos Prestes a liberdade de voltar ao convívio dos seus parentes, amigos e correligionários, VOZ OPERÁRIA ofereceu aos presentes uma taça de champagne. Nessa ocasião Prestes foi saudado pelo nosso companheiro de redação, Ivineu Ferreira, que falou em nome de todos que fazem este jornal. Em rápidas palavras Prestes agradeceu a homenagem, acentuando o papel desempenhado pela imprensa popular no movimento democrático e sua importância para contribuir na ampliação e consolidação da frente nacionalista e pela difusão das idéias de paz, liberdade e progresso por que tanto anseia o nosso povo. Na foto, Luiz Carlos Prestes entre redatores e funcionários de VOZ OPERÁRIA, por ocasião da sua visita.

AUMENTO SALARIAL PARA O PESSOAL DA LIGHT, MAS SEM AUMENTO DE TARIFAS

Depois de longa protelação, conseguiram os trabalhadores da Light firmar com a empresa um novo acordo salarial, que lhes concede 20% de aumento de salários. Serão abrangidos os trabalhadores do Grupo Light do Rio, São Paulo e Santos.

Uma vez mais, porém, conseguiu o polvo imperialista condicionar o pagamento desse aumento à elevação das tarifas de energia elétrica, gás e carris. Pretende assim realizar um novo assalto à bolsa dos consumidores e provocar nova onda altista. Existe aliás um decreto estabelecido que o Ministério do Trabalho somente homologará aumento salarial para categorias profissionais cujos salários de-

pendem de tarifas, após opinarem sobre o assunto os órgãos competentes relativamente à concessão de aumento de preços.

EXIGEM PRAZO DE VIGÊNCIA

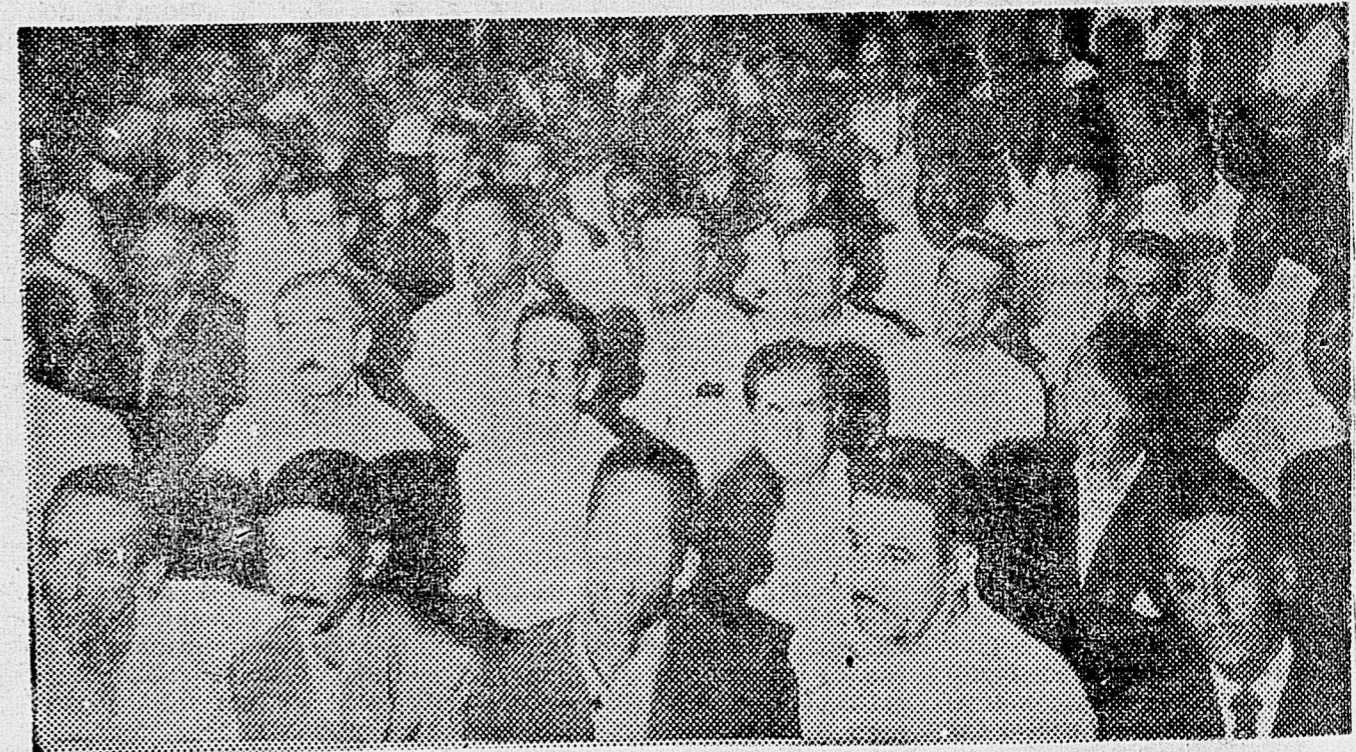
Reunidos em assembléa nos seus Sindicatos, os trabalhadores da Light decidiram emprender a luta pela determinação prévia da vigência do aumento salarial ficando a questão das tarifas para ser resolvida depois, entre os órgãos competentes e a empresa.

Os trabalhadores não podem concordar de forma alguma, como jamais concordaram, com o falso pretexto

sempre alegado pelo truste imperialista de que só poderá enfrentar qualquer majoração de salários mediante elevação geral das tarifas. Já foi suficientemente demonstrada, das vezes anteriores, a falsidade de tais alegações.

O aumento de salários deve sair dos elevados lucros que a Light vem arancando de nosso povo, há dezenas de anos e não das costas do povo.

Não se pode admitir portanto, qualquer condicionamento da majoração salarial a nova elevação de tarifas, mas sim acrescentar no acordo firmado entre a empresa e os trabalhadores, o prazo de sua vigência e a forma de seu pronto pagamento.



Centenas de trabalhadores em carris urbanos, compareceram a assembléa do dia sete último, no seu Sindicato

Partindo de um satélite artificial da Terra à velocidade de 3.129 M seg., poder-se-á efetuar um vôo sem escala Terra-Lua-Terra em 10 dias e 11 minutos.

(Prof. de Astronáutica, A. STERNFELD)

LEIA: O VÔO NO ESPAÇO CÔSMICO

EDITORIAL VITÓRIA LTDA.

Rua Juan Pablo Duarte, 50 — Sobrado, D. F. (antiga Rua das Marréas) Tel.: 22-1613

VOZ OPERÁRIA

Diretor **Mário Alves**

MATRIZ: Av. Rio Branco, 257, 17.º and. s/ 1712 - Tel.: 42-7344

ASSINATURAS: Anual 150,00 Semestral 80,00 Trimestral 60,00 Núm. avulso 3,00 Núm. atrasado ... 5,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte: SUCURSAL PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.

DIREITO DE GREVE: APROVAÇÃO FINAL ATÉ PRIMEIRO DE MAIO

CONTINUA na ordem do dia dos debates nas organizações sindicais, através da imprensa e agora, no Senado Federal, o projeto de regulamentação do direito de greve, de autoria do deputado Aurélio Viana e que foi aprovado por ampla maioria na Câmara de Deputados.

Um dos pontos do teor da 1ª Conferência Nacional Sindical, recentemente realizada no Rio, com a presença de quase mil delegados de todo o país, essa questão constituiu-se centro de debates acalorados e provocou o pronunciamento de inúmeros dirigentes sindicais, de deputados presentes às sessões e do próprio vice-presidente da República, que presidiu a solenidade de encerramento.

E por unanimidade, decidiu aquela grandiosa reunião nacional de trabalhadores, propor ao Senado uma emenda a um dos artigos do projeto já aprovado, pleiteando a sua aprovação definitiva e posterior sanção presidencial, até 1º de maio.

Trata-se do artigo que faculta aos trabalhadores, organizados sindicalmente ou não, decidir da conveniência ou não de greve. Originalmente, esse artigo possibilitava a um grupo qualquer de trabalhadores decretar greve, independentemente do sindicato ou mesmo contra a decisão deste. Isto poderia acarretar o perigo de que um determinado grupo de trabalhadores, menos esclarecidos ou submetidos à influência de elementos aventureiros ou a serviço de interesses políticos contrários aos da classe operária, impelisse toda uma categoria profissional a entrar em greve, sem que houvesse condições favoráveis para isso.

A exigência de que a assembléa a decidir sobre a deflagração da greve deva ser realizada ou ratificada pelo Sindicato ali onde este já existir, ao mesmo tempo que valoriza o papel do sindicato como organização que deve orientar e dirigir as lutas das massas trabalhadoras, em defesa de seus interesses imediatos, resguarda a sua unidade, contra quaisquer tentativas que se proponham golpeá-la.

Ao mesmo tempo, fica assegurado, no projeto, o direito de qualquer grupo de trabalhadores, ainda não organizado em Sindicato, a decidir em assembléa sobre a conveniência ou não de declarar greve, como arma legítima de defesa de seus direitos. Com isso se pretende beneficiar principalmente os milhões de trabalhadores agrícolas, de todo o país, que ainda não têm assegurado o direito de livre associação e o reconhecimento de suas organizações de classe e que, por isso, encontram-se inorganizados.

Sem essa garantia explícita, no texto da lei, os trabalhadores do campo poderiam continuar vítimas de arbitrariedades e violências e ver sistematicamente negados os seus direitos mais elementares.

São portanto destituídas de fundamento as alegações de que o projeto que regulamenta o direito de greve está fora da realidade e é impraticável no Brasil ou de que sua aplicação viria acarretar um verdadeiro caos social, como divulgaram pelos jornais algumas organizações patronais, através de farta matéria paga.

O projeto Aurélio Viana foi amplamente debatido em assembléas sindicais, reuniões e conferências, congressos municipais e estaduais. E a opinião unânime dos trabalhadores é a de que ele representa um importante passo à frente, no caminho da conquista de novos e mais amplos direitos para os trabalhadores. Trata-se, pois, de lutar por sua rápida aprovação no Senado Federal e de obter, do Presidente da República, que lhe aponha sua sanção, até 1º de maio, data do trabalhador.

Esse é o desejo dos trabalhadores brasileiros e foi expresso com grande vigor na memorável Conferência Sindical Nacional que mal acabam de realizar.



Visão geral da indústria de álcalis, em Cabo Frio, no litoral do Rio, sendo-se o porto e o canal artificial, são com elevadores automáticos e o conjunto dos grupos de produção

Um Dos Pilares da Nossa Emancipação a Indústria Nacional de Álcalis

DA VISITA minuciosa que fiz às obras de construção e montagem da Companhia Nacional de Álcalis, pude concluir que está praticamente ganha a batalha para a criação dessa indústria básica. Uma batalha que se desenvolve há mais de quinze anos. Nela o inimigo empenhou todas as suas conhecidas armas: a sonhegação de equipamentos, as negociações cansativas em torno de promessas diversionistas, a apresentação de planos de execução difícil e escasso rendimento, a retração do crédito, a pressão política e diplomática, por fim o derrotismo insinuado numa permanente campanha de maledicência e múltiplos meios de resistência que funcionam de mansira solerte, dentro da própria máquina do Estado.

Nasceu a idéia em 1942, durante a guerra contra o Eixo nazifascista. Interessava então aos norte-americanos montar nos países aliados, ramos auxiliares de sua indústria, integralmente empenhada no esforço bélico. Os cálculos errados do Departamento de Estado e do Pentágono previam uma campanha militar de longa duração na Europa e na Ásia. Por isso nos ajudaram a criar Volta Redonda, animaram o desenvolvimento da indústria de alumínio, prometeram financiamento e maquinário para fabricarmos barrilha, soda cáustica e derivados. As sucessivas vitórias soviéticas, a rápida marcha para o oeste e a tomada fulminante de Berlim mudaram a face dos acontecimentos no mundo. Passaram os tanques a desconversar a respeito dos planos que significariam daí por diante apenas o progresso do Brasil, em novos passos para sua emancipação econômica.

Como Surgiu Entre Nós a Indústria de Álcalis

Confiada a tarefa ao Instituto Nacional do Sal não foi possível sair dos planos aleatórios. Um projeto da bancada comunista na Câmara dos Deputados apontava a maneira de criar com os nossos próprios recursos a indústria de álcalis. A cassação dos mandatos ajudou a arquivar o assunto. Mas as idéias centrais ressurgiram posteriormente noutra iniciativa. Nasceu, finalmente, a Companhia Nacional de Álcalis. No entanto, a obra só começou a concretizar-se com a nomeação do general Alfredo Bruno para a presidência da empresa paraestatal. E a justiça que cumpre fazer-lhe, sem nenhum favor.

A primeira virtude dessa administração consistiu na compreensão de que não era possível ficar por mais dez anos (estávamos já em 1952) à mercê de promessas falasas. Desmoralizou, na prática, a tese entreguista da fatalidade de nossa dependência em relação aos Estados Unidos. Voltou-se para a França e lá encontrou a melhor acolhida. Na base da autorização legal de um crédito de 20 milhões de dólares, a C. N. A., obteve da Comptoir Industrial & Agricole de Vente à l'Étranger (CIAVE) o financiamento e da Krebs & Cie, os equipamentos projetados para os Serviços Gerais, bem como para os grupos de produção

da Cal e da Barrilha. Várias firmas francesas e uma dinamarquesa, em regime de concorrência, forneceram os materiais necessários. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico financiou em cruzeiros as obras de construção no Arraial do Cabo,



Silo de calcário

DEFICIÊNCIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS TRABALHADORES — A CONSCIÊNCIA PATRIÓTICA DOS TRABALHADORES DESARMA OS ENTREGUISTAS — 20 MILHÕES DE DÓLARES POR ANO É A ECONOMIA EM DIVISES QUE FAZ A C. N. A.

distrito de Cabo Frio, nos Estado do Rio.

Magníficas as Instalações da C.N.A.

Depois que o Sr. Juscelino Kubitschek inaugurou o primeiro grupo de produção de Cal, empreendemos nossa visita, para dar ao público os resultados de uma reportagem dividida em cinco notas, que a «Imprensa Popular» publicou em dias sucessivos, a partir de 19 de março. Constatamos, em síntese que as obras marcham em bom ritmo. Ouvimos técnicos nacionais e franceses. Percorremos os vários departamentos. A usina Diesel será substituída brevemente por grande Central Termoelétrica. A adutora de Bacaxá, de água doce, e a que traz água fria do Atlântico, o canal que liga as jazidas de calcário, na parte profunda da lagoa Araruama, ao conjunto das instalações, terminando num porto artificial, ao pé mesmo

do silo de calcário, os dois imensos fornos de cal (um ainda não funciona), a fábrica de barrilha com a sua estrutura metálica bem elevada, a eclusa que eleva as chalanas automatizadas no canal (desnível de um metro entre a lagoa e o mar), a estação elevatória de Cambainhas, com capacidade de 3 mil litros por segundo, para alagar as salinas, a draga que extrai, lava e embarca as conchas automaticamente, os marteis e concentradores que se estendem por seis milhões de metros quadrados, além dos edifícios de escritório da administração, almoxarifados, garagens, depósitos, um oleário, um gasômetro, restaurante e cozinha para o pessoal, alojamento de administradores e técnicos, o casino, tudo foi visitado. As salinas da C. N. A. deverão começar a produzir no próximo mês de setembro e sua capacidade é dez vezes maior que a de Cabo Frio, São Pedro de Aldeia e Araruama, juntas as três principais unidades salineiras fluminenses.

Deficiente a Assistência Social

Onde estão os pontos fracos, a nosso ver, nessa obra potentosa? No atraso da construção da vila industrial. Os trabalhadores moram em alojamentos deficientes, galpões de madeira, com leitos (vagas) a 350 cruzeiros e beliches a 250 cruzeiros. Refeitório deficiente, sujeitando o pessoal a longas filas, na hora do almoço (1.200 pessoas) e no jantar (800). Há queixas a respeito dos «menus», de 15 a 25 cruzeiros, serviço em bandeja, e 45 cruzeiros em mesa com toalha, servido por garçon. O serviço médico é deficientíssimo e caro quando a domicílio. Não há assistência dentária. Não há ainda uma escola. Os trabalhadores da Álcalis continuam em regime de acampamento. Além disso, os salários em geral vão pouco além do mínimo.

A Consciência Patriótica Dos Trabalhadores

Não obstante isso, os trabalhadores dão um apoio

Reportagem de Pedro MOTTA LIMA

ativo e entusiástico à C.N.A., compreendendo sua finalidade patriótica e progressista. Esperam que a administração envide esforços para vencer as dificuldades explicáveis na fase de construção, quando a preocupação central é a de fazer funcionar os grupos de produção, e corresponda ao zelo do pessoal num plano de reciprocidade. Esse zelo, tantas vezes posto a prova, reafirmou-se quando da tentativa de sabotagem no Moinho de Cal. Técnicos e operários localizaram a tempo uma esfera de aço de três centímetros de diâmetro, que teria danificado seriamente aquela unidade de produção. Por intermédio de seu presidente, Luiz Martins, a Associação dos Trabalhadores da C. N. A., denunciou o atentado, mobilizando a vigilância de todo o pessoal, a fim que fatos semelhantes não ocorram impunemente. Os Sindicatos de Cabo Frio e da Estiva e dos Arrumadores, além de apoiar concretamente Álcalis, sempre que é necessário defendem-na da solerte campanha de murmurações, que às vezes se baseia em certas queixas justas, mas que não raro indicam incompreensão ou má vontade. Um dirigente sindical me dizia, a propósito: «Nós sabemos que o derrotismo dos entreguistas se aproveita de tudo e por isso devemos estar atentos, procurando defender nossos interesses, que

são sagrados, sem contribuir para as campanhas dos inimigos».

Os produtos básicos da C. N. A. garantirão, sem dependência do estrangeiro, o fornecimento aos seguintes e importantes ramos de nossa indústria: refinação de petróleo siderurgia, tecidos, vidro, sabão, alumínio, produtos químicos e farmacêuticos, celulose, papel, plástico, etc...

Economia de Divisa Na Ordem de 20 Milhões de Dólares

Está fixado um programa de produção para a primeira etapa num total de 20 mil toneladas de soda cáustica e 100 mil toneladas de barrilha. Para atender às necessidades imediatas de soda cáustica, o plano governamental deixa à indústria privada uma margem de 40 mil toneladas, a serem produzidas por quatro fábricas particulares, com capacidade para 10 mil toneladas cada uma. No entanto, até hoje nenhum capital privado se habilitou a assumir a responsabilidade dessa etapa de produção.

Calcula-se que, ao atingir seu pleno rendimento, já na primeira etapa, a C. N. A. evitará uma evasão de divisas na ordem de 20 milhões de dólares por ano. Este foi exatamente o montante do crédito autorizado para a instalação da C. N. A.: 20 milhões de dólares.

UM DOS PILARES DA NOSSA EMANCIPAÇÃO

A inversão estatal fica assim compensada, desde o primeiro ano de produção, em forma indireta, o que não preocupa individualmente a nenhum capitalista. Mas, além desse benefício de ordem geral, a C.N.A. será uma empresa altamente rentável, com um mercado garantido para sua produção, que, além da soda cáustica e da barrilha citadas, compreende gás carbônico, gesso, hidróxido de magnésio, clorato de potássio, bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio, etc.

O estímulo às indústrias existentes, que nem sempre conseguem da CEXIM e da SUMOC a licença para importar as matérias primas básicas, já requereria a fundação da C.N.A. Consideremos, entretanto, que ela vai animar a criação de muitas outras fábricas. Nas suas vizinhanças, candidatando-se ao aproveitamento de resíduos, vai instalar-se uma fábrica de cimento da Mercedes Benz e mais três grandes estabelecimentos.

Eis, em resumo, o que representa a Companhia Nacional de Álcalis. Ao lado da Petrobrás, de Volta Redonda e da Fábrica Nacional de Motores, será um dos pilares do nosso desenvolvimento, do progresso e da emancipação do Brasil.

Como Melhorar as Finanças De VOZ OPERÁRIA

PELA LIBERDADE DA CULTURA

(Conclusão da Página 4)

Ao tratarmos dos problemas financeiros de nosso jornal com o acervo de erros e desacertos que caracterizavam nossas atividades, tenho a impressão de estar tentando reconstruir uma casa velha. Quanto mais se mexe mais coisa aparece para fazer.

A nossa maior dor de cabeça é alcançar regularidade para a vida financeira de VOZ OPERÁRIA. É uma tarefa que demanda tempo, um plano realista, direção inteligente e controle ao pé da escada.

Seria pueril dizer que vamos romper com o passado cheio de trabalho fecundo e de ricas experiências só porque cometemos muitos erros, mas o que não podemos deixar de fazer é romper com o passado de erros que impediram o nosso crescimento. Isto é essencial.

Na questão da difusão de VOZ OPERÁRIA da qual depende o progresso financeiro de nossa empresa ainda engatinhamos. Basta atentar para o número de municípios brasileiros, para o número de grandes empresas industriais e para o número insignificante de nossos agentes. Diante dessa realidade não nos preocupa tanto o que perdemos mas o que deixamos de ganhar.

VOZ OPERÁRIA aproxima-se indiscutivelmente do nível de auto-suficiência financeira. Neste particular já se basta a si mesma. É certo que nem tudo é ouro sobre azul. Quando dizemos que nos aproximamos do nível de auto-suficiência financeira, é porque ainda não atingimos a desejada regularidade imprescindível ao equilíbrio econômico-financeiro que nos permita encerrar de frente as reformas porque tem de passar nosso semanário e a criação de um fundo de reserva, um dos nossos objetivos mais caros.

Nosso orçamento não tem déficits mas podem ocorrer dificuldades momentâneas que nos levem a um retrocesso. É verdade que certas medidas práticas deram certo. E o equilíbrio financeiro da empresa surge em consequência.

O que mais admira era que praxes clássicas seguidas no comércio não eram por nós observadas. A todos os nossos atos presidia um empirismo pernicioso. Um exemplo entre muitos: mandavam-se a agentes que não atendiam a coisa nenhuma, milhares de jor-

Henrique CORDEIRO

nais por semana. Cartas, telegramas, faturas, a nada se respondia. Nem mesmo se sabia se tais agentes existiam na realidade. Com isto nossa empresa perdia semanalmente dois mil exemplares de jornais e por ano tinha um prejuízo estimado em Cr\$ 200.000,00!

Jogamos fora centenas de milhares de cruzeiros em edições fantásticas, impondo cotas que enclavam em quantidades impressionantes.

Certa vez no Recife, encontramos um quarto impenetrável, servindo de tulla para livros, folhetos, revistas e jornais. De outra feita em Santos, foram localizados 7.000 exemplares de VOZ OPERÁRIA prontos para serem vendidos a quilo nos açougues e quitandas locais. Por toda a parte o mesmo: nos sótãos, nos porões, nos armários, atrás das portas, nos socavões, lá estava o resultado de um esforço gigantesco representando uma pequena fortuna, pronto para ser jogado fora.

Não se diga que isto é coisa do passado e não merece mais cuidados. Eu também pensava assim. Mas o certo é que as graves consequências dessa prática, ainda se fazem sentir nos dias de hoje. Criou-se o vício de tratar superficialmente problemas desse porte. E o resultado é o verdadeiro bico sem saída financeiro em que quase toda nossa imprensa se meteu.

Mas não vamos pensar que a solução desses problemas é um bicho de sete cabeças. Empresa comercial com um produto de venda disputado e mal chegando para o consumo real sempre crescente, não se compreende que viva em aperturas constantes. A solução será, em correspondência com métodos que orientam hoje a direção de VOZ OPERÁRIA, da parte dos agentes, uma atitude de alerta, criticando, reclamando, sugerindo, numa permanente colaboração no sentido de garantir recepção de suas quantidades em dia certo, informar os extravios, conferir as faturas e pagar rigorosamente em dia os seus compromissos. Esta é uma das melhores maneiras de ajudar VOZ OPERÁRIA a ultrapassar um período de dificuldades financeiras que se prolonga por nossos dias.



ILEGAL A RETENÇÃO DE VOZ OPERÁRIA

O agente dos Correios em S. Lourenço manteve-se ilegalmente na sua posição de reter as quantidades de VOZ OPERÁRIA remetidas ao nosso representante local. Já nos dirigimos a ABI e ao Sr. Diretor Geral dos Correios e Telefones, no sentido de fazer cessar a atitude arbitrária e ilegal que atinge a um jornal de vida legal, gozando de todos os direitos inclusive de pagar e gozar da taxa de Franquia Postal.

O agente dos Correios em S. Lourenço, além de atentar conscientemente contra a liberdade de imprensa, assume a responsabilidade de infringir à Constituição da República, que assegura essa mesma liberdade.

REUNIÃO DO P.C. DA SÍRIA E DO LIBANO

Reuniu-se em Damasco, entre 11 e 18 de janeiro último, a Comissão Diretora do P. C. da Síria e do Líbano. Nessa reunião discutiu-se o informe apresentado pela delegação do Partido, presidida pelo camarada Khaled Bagdache, que participou das comemorações do 40º aniversário da Revolução Socialista de Outubro e do encontro dos partidos comunistas e operários em Moscou.

A reunião da Comissão Diretora do P. C. da Síria e do Líbano, além de aprovar o informe da delegação, tomou várias resoluções, tratando do Congresso dos povos afro-asiáticos, realizado no Cairo, diz que as suas deliberações serão importante referência no despertar e no agrupamento dos povos da Ásia e da África para a luta em prol das suas liberdades, da sua independência e da liquidação do sistema imperialista, contribuindo, ao mesmo tempo, poderosamente, para a defesa da paz e a sua manutenção no mundo.

A BATALHA DA DIFUSÃO

A difusão permanece estável no D. F. e em S. Paulo (Capital). No interior nota-se ligeiro aumento da difusão. Salvador, Manaus, João Pessoa, Diamantina, Itabuna e outros melhoraram permanentemente seu volume de



vendas. Esse é um fato promissor aliado ao restabelecimento de diversas agências como Natal, Pompéia, Jundiaí, Magé, Petrópolis, Belém, Uberaba, Birigui, Medina, Adamantina, S. Anastácio, Cataguazes, Atalaia, S. Z. Paraíso e outros. Criação de novas agências como S. S. Paraíso, Cons. Lafetele, Barra do Pirai e outros. Não só é um aumento real da difusão como também uma melhora no que diz respeito à situação financeira da empresa responsável pela edição de VOZ OPERÁRIA.

FATURAMENTO DE MARÇO: Terminou o faturamento de março e fazemos um apêlo aos nossos agentes no sentido de atenderem até o fim do mês de abril.

NOVAS AGÊNCIAS: Curvelo e Rancharia.

AUMENTOS: Teresina mais 25 por cento, Manaus mais 7 por cento.

AGÊNCIA RESTABELECI-DA: S. Aleixo, Lupianópolis e Pompéia.

REDUÇÃO: Petrópolis menos 35 por cento, Magé menos 5 por cento.

NOVO RESPONSÁVEL EM CURITIBA: A partir desse número (42) Curitiba terá novo responsável, que será o Sr. Antenor Grande.

PAGAMENTOS DE 24 A 31/58: Campina Grande, Corduro, Campos, Amazonas, Salvador (2) Lupianópolis, Belo Horizonte, Magé, S. Aleixo, Campinas, Cruzeiro D'Oeste, Itauna, S. Luiz, Macaé.

A AMERICAN CAN EMPRESA DE...

ta proibição foi criado um novo mercado para a indústria de latas mas surgiu imediatamente a investida de Rockefeller procurando assenhorar-se do monopólio do tal indústria em nosso país.

Já vimos que a American Can é uma empresa do Grupo Rockefeller e que o financiamento para operar no país está sendo obtido mediante arrecadação de pequenas economias particulares por uma empresa de investimentos do mesmo grupo Rockefeller.

Sabemos que uma das batalhas que ainda terão de ser vencidas pelo movimento nacionalista é a da quebra do monopólio da distribuição de petróleo,

ainda em mãos dos "trustes" imperialistas. A Petrobrás tem o monopólio da extração e do refino mas a distribuição ainda está controlada pelos "trustes".

Não pode haver dúvida alguma de que a vinda da American Can, com a consequente liquidação da indústria nacional de latas, visa a reforçar esse monopólio da distribuição, através do controle de todo o vasilhame necessário à venda dos óleos: querosene, gasolina em lata, etc. Uma vez liquidada a indústria nacional de latas, os derivados de petróleo que a Petrobrás produz ficará na dependência do va-

toda tentativa de transformar a justa exigência de desembrasar o marxismo-leninismo de qualquer resíduo sectário e de qualquer tendência ao isolamento principal da cultura universal, em uma oposita e errônea tendência para o ecletismo, para a renúncia dos princípios essenciais do materialismo, da dialética, da unidade entre teoria e prática, do historicismo revolucionário.

É preciso, em terceiro lugar, retomar com novo entusiasmo a luta pela criação daquele clima cultural e moral de viva participação dos artistas na transformação revolucionária da realidade, que não têm nada que ver com o "populismo", e da qual somente poderá brotar uma nova arte nacional-popular, repelindo ao mesmo tempo com firmeza toda tentativa de transformar a justa exigência de desembrasar a arte e a estética realista da tendência a se degradar e confundir com o naturalismo e a transformar o método crítico realista em uma canonização de banais maneiras estilísticas, em uma oposita e errônea tendência para a revalidação acrítica de todas as tendências decadentes e formalísticas da arte e em um desconhecimento do significado positivo que teve na Itália o fortalecimento em estreita ligação com a luta antifascista e pelo desenvolvimento democrático e socialista do país, de movimentos realistas no campo do cinema, das artes figurativas, da literatura, etc. Desconhecimento que parece tanto mais absurdo exatamente no momento em que todas as tendências formalísticas se debatem em uma crise objetiva e emerge a instância de uma nova ligação com a realidade, embora com aspectos e formas ainda intelectualísticas e «de vanguarda», no interior das velhas correntes anti-realísticas, especialmente no campo das artes figurativas e da literatura.

O EMPENHO DO PARTIDO

Deve-se, enfim, repetir a tendência a subestimar, a pôr à sombra, a negar o valor universal da revolução cultural verificada na União Soviética e a não ver os termos concretos, as condições históricas particulares, em que nasceu e se desenvolveu na União Soviética uma nova cultura socialista. A luta contra a tendência conservadora que se desenvolve de modo consequente na União Soviética à base das decisões do Congresso do PCUS se apoia de modo positivo ampliando o número de especialistas italianos capazes de estudar a cultura socialista soviética com olhos desprevenidos, isto é, com a visão apaixonada de quem sente o enorme valor do fato de que na União Soviética, pela primeira vez na história nasceu uma cultura unitária que derrubou para sempre a barreira entre o mundo dos intelectuais e o mundo dos «simples», e pela primeira vez na história educa-se a consciência de todos os povos para uma visão materialista da realidade natural e humana.

V) O Partido e os intelectuais comunistas poderão cumprir estas grandes tarefas que lhes são apresentadas apenas se, através de um empenho coletivo, for reforçada a direção cultural do Partido, isto é, se, superando as lacunas e os defeitos que ainda depois do VIII Congresso permanecem neste campo, o Partido souber realizar um novo grande esforço para favorecer a presença organizada, na cultura italiana, de um novo alicenciamento de intelectuais os quais, uma vez que aspiram, segundo uma concordância de orientação e idéias, à transformação revolucionária da sociedade em que vivem e a seu progresso cultural, devem coordenar sempre mais e sempre melhor os seus esforços de pesquisa, disciplinar o seu trabalho coletivo, aperfeiçoar os seus instrumentos de pressão cultural (revistas, jornais, casas editoras, institutos especializados), criar novos instrumentos que permitam enfrentar situações e problemas novos e utilizar de modo criador todas as suas energias intelectuais.

Só através de um fortalecimento da direção cultural do partido neste sentido, a liberdade de pesquisa dos intelectuais comunistas não permanecerá de fato, na pura e simples afirmação de um direito estatutário, mas permitirá verdadeiramente o pleno desenvolvimento das energias criadoras dos intelectuais comunistas e tornará historicamente concreta a sua liberdade de pesquisa e de expressão apoiadas na luta que eles devem travar, nas difíceis condições atuais da sociedade italiana, pelo fortalecimento de uma nova cultura.

Só através de um fortalecimento da direção cultural do Partido neste sentido, a adesão dos intelectuais comunistas às idéias do marxismo-leninismo não permanecerá apenas uma adesão formal, mas se transformará em ação combativa pela sua afirmação e pelo seu triunfo, afim de acelerar e desenvolver o processo revolucionário do qual também na Itália deverá nascer a nova cultura, a cultura do humanismo socialista.

Só através de um fortalecimento da direção cultural do Partido neste sentido a enorme reserva das energias intelectuais e normais representada pelos intelectuais comunistas não correrá o risco de se desperdiçar, mas terá uma maior coordenação da atividade individual de cada um, maior força, maior autoridade, maior possibilidade de constituir o eixo de uma grande força em defesa da liberdade da cultura contra a ameaça de um regime de obscurantismo clerical, pelo renascimento da cultura italiana.

Roma, dezembro de 1957

Campanha De Âmbito Nacional

silhame que Rockefeller quiser fabricar!

Não foi por acaso que um dos membros da SUMOC declarou publicamente, justificando a vergonhosa rendição, que o governo era obrigado a ceder a uma pressão incoercível, que punha em risco o intercâmbio econômico Brasil-Estados Unidos. Foi, assim, utilizado o próprio Departamento de Estado norte-americano para obrigar o governo a escandalosa concessão à American Can, o que ilustra a importância que representa para os planos imperialistas o assalto à nossa indústria de latas.

Tais são alguns dos aspectos do assalto da American Can, Beta, procurar, através da imprensa alugada, enganar a opinião pública e evitar a revogação da decisão da SUMOC, que é exigida do governo por todas as forças progressistas nacionais. A campanha de âmbito nacional, que congrega industriais, operários, estudantes e amplas camadas do nosso povo, vem esclarecendo a opinião pública e revelando, com um caso concreto, o verdadeiro alcance da Instrução 113 da SUMOC, autêntica porta aberta por onde os imperialistas procuram liquidar importantes setores da indústria nacional.

A American Can, Empresa de Rockefeller, Quer Controlar o Vasilhame de Petróleo

Ante a campanha de encobrimento de opiniões públicas que se desenvolve em todo o país, particularmente em São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais, — que une industriais, operários, estudantes e amplas camadas do povo, — para impedir o assalto da American Can Co à indústria nacional de latas, está surgindo na imprensa do aluguel um grande volume da matéria paga, destinado a impingir ao povo brasileiro os falsos argumentos do "truste" imperialista que serviram de base para a escandalosa concessão dada pela SUMOC.

Na nota oficial da SUMOC procurou esta defender a sua concessão utilizando cinco falsidades:

- 1 — A indústria nacional não está tecnicamente aparelhada para atender ao consumo.
- 2 — Os preços das latas no país são proibitivos.
- 3 — As empresas nacionais obtêm lucros consideráveis.
- 4 — A American Can viria desenvolver a indústria de produtos agro-pecuários.
- 5 — Os industriais brasileiros equiparam suas fábricas, no regime cambial anterior, adquirindo dólares à taxa de 18,72.

Na exposição que fizeram ao Ministro da Fazenda, pedindo a revogação do ato da SUMOC, os industriais nacionais responderam com farta documentação a cada uma dessas falsidades.

1. Aparelhagem Moderna e Excelente Técnica

Os industriais demonstraram que 40 empresas disputam o mercado nacional em regime de forte competição. A maquinaria é a mais moderna, em nada inferior à que a American Can foi autorizada a trazer para o país, e a assistência técnica proporcionada a várias fábricas foi contratada com indústria estrangeira igual ou superiores à American Can.

O cálculo da capacidade de produção total das indústrias instaladas demonstra que o atual mercado consumidor não exige mais de 40 por cento daquela capacidade de produção, na base de jornada de dez horas de produção.

Ticou assim evidenciada a primeira falsidade, eis que a indústria atual poderá atender ao dobro da demanda atual, trabalhando dez horas e mesmo a quatro vezes o atual consumo, já que as fábricas poderiam adotar dois turnos, dobrando a jornada de trabalho em caso de necessidade.

2. Preços Idênticos aos Vigorantes nos Estados Unidos

Os preços das latas no Brasil devido à forte concorrência, são razoáveis e mesmo idênticos aos vigorantes nos Estados Unidos, onde o regime de grande produ-

ção deveria acarretar a diminuição das despesas de operação. Em sua exposição os industriais nacionais demonstraram este fato, comparando os custos de matéria prima e de despesas gerais, no Brasil e nos Estados Unidos, assim como os preços das latas nos dois mercados.

3. Média de Lucros de 5 Por Cento, no último Ano

Em outro item da demonstração feita ao Ministro da Fazenda os industriais apresentaram os resultados do último exercício provando que a média de lucros das diversas empresas não foi superior a 5 por cento. Provaram ainda que o diretor da Caxex manipulava de forma tendenciosa os dados dos últimos anos, desprezando os fundos de reservas, amortização de capitais etc., tudo com a finalidade de justificar a vergonhosa concessão com o argumento de que são extorsivos os preços da indústria nacional.

4. Os Alimentos São Enlatados nos Locais de Produção

O argumento que vem sendo mais utilizado pelo "truste" lanque e seus porta-vozes é o de que necessitamos de latas para os produtos alimentícios. Ou, como afirmou a SUMOC em sua nota oficial, a concessão à American Can visa a desenvolver a

APOS A LIQUIDAÇÃO DA INDUSTRIA NACIONAL DE LATAS, PELO «DUMPING», ROCKFELLER TERÁ O CONTRÔLE DO ENLATAMENTO DE ÓLEOS, QUEROZENE, GASOLINA, ETC. — O QUE É O «FUNDO CRESCINCO» QUE CANALIZA PEQUENAS ECONOMIAS PARA OS PLANOS IMPERIALISTAS — LUCROS SUPERIORES A 300% ASSEGURADOS PELOS ESTATUTOS DA CANCO S.A. PARA OS ACIONISTAS NORTE-AMERICANOS — A PRESSÃO IANQUE SOBRE O GOVERNO E A PODEROSA CAMPANHA NACIONAL DE DEFESA DA NOSSA INDÚSTRIA

indústria de produtos agro-pecuários.

Não é por acaso que um memorial de encomenda, que teria sido assinado por alguns colonos japoneses do interior de São Paulo, está sendo publicado como matéria paga em vários jornais. Também o pronunciamento de um prefeito e a declaração de um deputado do PRP, — insistindo em que se cria de incentivar a produção de alimentos enlatados, — vêm sendo objeto de farta divulgação.

Mas a falsidade desse argumento, que visa a atrair a simpatia popular para concessão ao "truste", é demonstrada pela própria localização pretendida pela American Can. Pretende instalar-se em São Paulo, que é o principal centro enlatador de produtos petrolíferos e não de produtos agro-pecuários. Estes são enlatados nas zonas de produção, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Mato Grosso, onde as indústrias nacionais já estão instaladas, atendendo com grande folga aos consumidores que não absorvem sequer 40 por cento da capacidade de produção. Aliás, os principais enlatadores de produtos alimentícios do país possuem instalações próprias para o fabrico de latas que vêm sendo aumentadas à medida das necessidades.

"Lata não se transporta", afirmaram os industriais demonstrando que a American Can o que quer é enlatar derivados de petróleo, em São Paulo, e não produtos agro-pecuários, já que latas são fabricadas nas zonas de produção.

5. Os Industriais Nacionais Cemente Podem Importar Máquinas Novas, a Dólar de Cr\$ 150,00

É revoltante o absurdo argumento da nota da SUMOC. Afirmar que não há discriminação em favor da American Can porque que as indústrias nacionais im-

portaram máquinas ao dólar de 15,72 constitui um desrespeito à opinião pública.

No anterior regime cambial era possível uma tal importação. Mas no regime vigente ninguém pode importar máquinas usadas sem cobertura cambial. Somente poderá fazê-lo a American Can, graças a vergonhosa decisão da SUMOC, se a opinião pública nacional e os altos interesses do país forem ignorados e permanecer a escandalosa concessão.

Os negócios serão feitos em dólares, pelas matrizes nos Estados Unidos, e os acertos no Brasil serão feitos mediante jogo de escrita com grande margem para a especulação cambial.

Como se não bastassem esses dois fatores, para apressar a liquidação da indústria nacional de latas, há ainda o torçello, que é o mais odioso, já que estão sendo sugadas pequenas economias de particulares brasileiros para financiar o antiquíssimo

de Investimentos e Financiamentos), agência do Chase Bank e ligada à IBEC, organizadora do "Fundo Crescincó de Participações", o que quer dizer empresa do "Grupo Rockteller. Somente o "Fundo Crescincó", em um ano de operações no país, conforme seus próprios balanços, já mobilizou com milhões de cruzeiros de pequenos prestamistas de capital, que entregaram módicas economias para serem utilizadas a critério dos administradores do "Fundo".

O "Fundo", — através de hábil propaganda e utilizando a larga experiência dos lanques na venda ao público de ações ou títulos diversos de participação (cujos métodos violam a nossa legislação sobre sociedades anônimas), — arrecada os capitais mediante promessa de taxas variáveis de remuneração. Mas os dividendos reais dos empreendimentos são distribuídos pelas empresas norte-americanas, que subscrevem totalmente as chamadas ações preferenciais.

Foi o que já fez a American Can, como se pode ver na ata da Assembléia Geral que a Metalgráfica CANCO S. A. realizou em 25 de abril de 1957 e que foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 7 de junho do mesmo ano. Foi então deliberada a criação de ações preferenciais no valor total de noventa milhões de cruzeiros, séries A e B, que foram integralmente subscritas pela "American Can International Inc.", com sede no Panamá, subsidiária da American Can Co., que atua a nacionalidade panamenha para fugir ao pagamento de imposto de renda nos Estados Unidos. Como se vê daquela ata, as ações preferenciais série A e B terão direito, nos próximos sete anos, a lucros mínimos, assegurados estatutariamente, conforme a seguinte tabela de distribuição:

ACÇÕES DA SÉRIE A

1957	—	CR\$ 10.500.000,00
1958	—	CR\$ 15.750.000,00
1959	—	CR\$ 21.000.000,00
1960	—	CR\$ 21.000.000,00
1961	—	CR\$ 21.000.000,00
1962	—	CR\$ 21.000.000,00
1963	—	CR\$ 21.000.000,00
		CR\$131.250.000,00

ACÇÕES DA SÉRIE B

1957	—	CR\$ 15.750.000,00
1958	—	CR\$ 23.625.000,00
1959	—	CR\$ 31.000.000,00
1960	—	CR\$ 31.000.000,00
1961	—	CR\$ 31.000.000,00
1962	—	CR\$ 31.000.000,00
1963	—	CR\$ 31.000.000,00
		CR\$196.875.000,00

Temos, assim, nos próprios estatutos da Metalgráfica CANCO S. A., assegurados lucros de Cr\$ 328.125.000,00 (trezentos e vinte e oito milhões e vinte e cinco mil cruzeiros) para um investimento de Cr\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros), ou sejam, cerca de 370 por cento, para os acionistas preferenciais da filial sediada no Panamá. Aos pequenos prestamistas brasileiros de capital serão distribuídas algumas sobras, após a liquidação dos concorrentes nacionais, que constituirão o prêmio irrisório de sua inadvertida contribuição à criminosa empreitada contra importante setor de nossa indústria.

Quanto aos bancos lanques de (Conclui na 11a. página)



O povo paulista, numa grandiosa manifestação contra a American Can, na praça da Sé, na capital bandeirante

O «Dumping» Seria Consumado com Ajuda de Pequenas Economias Particulares do País

O "dumping", — ou seja, a liquidação de concorrentes industriais mediante o lançamento do produto no mercado a preços muito abaixo dos normais, afim de monopolizar a produção e ditar então os preços. — será muito felicitado no caso da American Can. Além dos processos utilizados geralmente pelos "trustes", quando preparam o "dumping", ocorrem no caso da American Can três fatores que facilitarão o sinistro empreendimento de liquidação da indústria nacional de latas. Graças a esses três fatores a American Can não terá sequer de suportar os grandes prejuízos próprios do período de liquidação dos concorrentes, prejuízos que são recuperados após, na fase do monopólio, como em geral acontece nas batalhas monopolistas.

O primeiro desses fatores é o de instalação no país de maquinaria usada, cujo custo já foi amortizado nos Estados Unidos. Não representará qualquer dispêndio financeiro e será escriturado para os efeitos de conversão à taxa do câmbio livre, o que representará fabuloso capital fictício, que possibilitará uma larga margem de prejuízos futuros também fictícios, para efeitos de escrituração e de pagamento de impostos.

O segundo fator é representado pelo fato de que no Brasil mais da metade das firmas compradoras de latas são norte-americanas: Standard Oil, frigoríficos, óleos de caroço de algodão e de amendoim, etc.

A American Can fornecerá a todas essas firmas norte-americanas mediante contratos que serão liquidados pelas próprias matrizes, nos Estados Unidos, com imensa margem de especulação no mercado de câmbio.

de importante setor da indústria nacional. Isso é possibilitado pela anti-nacional Instrução 113, e também pelo monopólio de venda de ações ao público (exercido por duas sociedades de investimentos norte-americanas) e pela existência no país de poderosa rede de bancos de depósitos norte-americanos.

A Instrução 113 (que a SUMOC insiste em manter em vigor apesar de revogada pela recente lei de tarifas) é a primeira peça dessa engenharia financeira que permite aos imperialistas lanques saquear a economia do país utilizando na proporção de duas terças partes, capitais e recursos nacionais fornecidos por acionistas e depositantes brasileiros.

Ao considerar "investimento estrangeiro" apenas a renúncia de equipamento, sem exigir qualquer parcela de capital monetário (entrada de dólares acompanhando as máquinas) e ao permitir a venda de equipamento usado, sem cobertura cambial, a Instrução 113 constitui mensa brecha aberta pelo Conselho da SUMOC, por onde o imperialismo penetra para a exploração de tipo colonial de nossa economia.

Como é sabido, para cada dólar de maquinaria importada, é necessário, em cruzeiro, o equivalente a dois dólares para a construção das fábricas e para o capital de giro de qualquer atividade industrial.

Utilizando esse brecha entram os imperialistas lanques com suas máquinas usadas (já amortizadas nos Estados Unidos) e vão colher os recursos monetários através das companhias que monopolizam o mercado de capital em nosso país e por intermédio dos financiamentos bancários.

A American Can Já Montou a Sua Bomba de Sucção

Quem patrocina a entrada no Brasil da American Can é a CODIVAL (ex "Interamericana

